

Virgínia Soares Pereira

AS CARTAS-PREFÁCIO DE ANDRÉ DE RESENDE: RETÓRICA E MENSAGEM

“Os homens dados às letras com letras servem os reis e príncipes”

ANDRÉ DE RESENDE

1. Em jeito de prefácio

O interesse suscitado pela correspondência dos humanistas junto dos estudiosos da época renascentista não data de hoje. Já Paul Van Tieghem, no seu conhecido estudo sobre a literatura latina do Renascimento, datado de 1944, chamou a atenção para o particular interesse de que se reveste, no conjunto da vasta e multímoda obra dos humanistas, o estudo e conhecimento da sua produção epistolar.¹ Mais do que qualquer outro género de texto, a correspondência de um escritor põe diante do leitor eventos e comportamentos que de outro modo se teriam perdido nas dobras do tempo, por dizerem respeito, as mais das vezes, à chamada pequena história. De facto, como não nos seriam infinitamente menos conhecidos os séculos XIV a XVI, por exemplo, se não fossem os dados de pormenor disponibilizados pela correspondência de humanistas como Petrarca, Coluccio Salutati, Leonardo Bruni, Poggio Bracciolini, Angelo Poliziano, Pietro Bembo, Guillaume Budé, Sadoletto ou Erasmo!

¹ PAUL VAN TIEGHEM, *La Littérature Latine de la Renaissance: Étude d'Histoire littéraire européenne*, Genève, Slatkine Reprints, 1966 (1944), p. 220: « Les lettres latines des humanistes et de leurs contemporains restent les monuments peut-être les plus intéressants de cette abondante littérature. » Opinião semelhante é a expandida por P. O. Kristeller, em palavras que datam de 1964: “Among the genres cultivated by the Renaissance humanists, the Latin epistle is perhaps one of the most interesting and attractive, for it combines elegance of form and style with variety and spontaneity of content. The important place occupied by their Latin letters in the literary work of the great humanists, and the care with which many of them collected and edited their own letters, are too well known to require further elaboration.” (PAUL OSKAR KRISTELLER, *Studies in Renaissance Thought and Letters*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1985, vol. II, p. 345). Vd. também Pierre Mesnard, “Le commerce épistolaire, comme expression de l’individualisme humaniste”, in *[Colloque International tenu en avril 1965] Individu et société à la Renaissance*, Bruxelles-Paris, Presses Universitaires de Bruxelles et Presses Universitaires de France, pp. 17-31.

Foi pensando nisto que surgiu a ideia de visitar André de Resende e o seu tempo através da (re)leitura da sua correspondência. Todavia, e ao contrário do que se passou com aquelas tão eminentes figuras do humanismo europeu, ao contrário também do que entre nós fizeram um Cataldo Sículo ou um Jerónimo Cardoso, para não falar de Nicolau Clenardo e outros mais, André de Resende nunca teve em mente publicar o seu epistolário, no intuito de assim legar à posteridade, numa colecção unitária, as suas cartas dispersas. De igual modo, ou talvez por isso, o nosso humanista nunca se entregou a reflexões teóricas sobre o género epistolográfico – como fez Erasmo, com o seu *Opus de conscribendis epistulis* –, nem sequer emitiu opiniões avulsas sobre o que ele, Resende, requeria do texto epistolar. Seja como for, não deixou de ir dando a lume alguns espécimes da sua produção epistolográfica, em especial aquelas cartas que julgava sobremodo importantes. Estão neste caso epístolas em verso dedicadas a amigos (como as *Epistolae tres carmine* dirigidas a Lopo Cintila e Pedro Sanches), e ainda cartas que, tratando matéria histórico-erudita nem sempre pacífica, dão a conhecer resultados inéditos das suas investigações. Era uma preocupação compreensível, sobretudo quando qualquer carta corria o risco de ser divulgada sem a anuência do autor e até (ou então) de ser remetida ao silêncio e aproveitada por plagiários. Resende nunca terá esquecido a experiência desagradável por que passou quando o poema *Erasmi Encomium*, enviado a Conrado Goclénio para que o mestre e amigo o corrigisse e fizesse chegar a Erasmo, foi de imediato editado na Bélgica, em 1531, pelo próprio Erasmo. E este caso não foi único. Outros semelhantes (a que Resende se refere como “furtos”) aconteceram ou estiveram a ponto de acontecer. É o que se conclui da epístola *Pro colonia Pacensi*, datada de 2 de Fevereiro de 1553 e dirigida a Vaseu, na qual o humanista eborense começa por lamentar o facto de uma anterior carta sua (conhecida como *De aera Hispanorum*, de 1551)² ter sido publicada pelo amigo belga no *Chronicon Hispaniae* sem prévia autorização.³ Também a *História da Antiguidade da Cidade de Évora* correu o risco de ser editada sem o seu conhecimento e consentimento, como veremos aiante. Mas nem toda a publicação tinha a justificá-la o receio de um qualquer “furto”. Por vezes, a edição impressa da carta destinava-se a tornar público o pensamento do humanista relativamente a questões algo

² Eis as palavras de Resende, ao justificar perante Vaseu o teor da *Pro colonia Pacensi*: “O outro motivo tem que ver com a carta que te escrevi, um trabalho feito apressadamente, e que tu, sem me consultares e sem o meu consentimento, decidiste publicar na tua obra.” (referia-se ao *Chronicon Hispaniae* do humanista belga seu amigo). Para pormenores sobre este desagrado de Resende, veja-se VIRGÍNIA SOARES PEREIRA, “Uma carta de André de Resende reconstituída”, *Humanitas*, 39-40 (1987-1988) 211-232.

³ Veja-se o texto de Resende publicado em JOÃO VASEU, *Chronicon Hispaniae*, edição de Salamanca, de 1552, cap. XXII (*De aera, et quantum differat ab anno nativitatibus Christi*), ff. 55v-56v. A epístola *Pro Colonia Pacensi*, datada de 1553, foi impressa pela primeira vez em Lisboa, na oficina de João Blávio, apenas em 1561.

controversas da história pátria. Sirva de exemplo a *Carta a Bartolomeu de Quevedo*, datada de 1567 e publicada nesse mesmo ano conjuntamente com textos poéticos num volume intitulado *Carmen Endecasyllabon*. Nas palavras do autor, exaradas na epístola nuncupatória a D. Sebastião, a publicação justificava-se por nela serem debatidos motivos do maior interesse para o país.⁴

As cartas resendianas acabadas de recordar – a que convém acrescentar a epístola a Ambrósio de Moraes (reitor da Universidade de Alcalá e historiógrafo régio) e ainda a carta ao Cardeal Infante D. Afonso (bispo de Évora e irmão de D. João III⁵) – são sobejamente conhecidas e foram já objecto de várias edições, umas avulsas, outras integradas em volumes destinados a publicar grande parte da obra do humanista. Com excepção da última, trata-se de cartas históricas, expressamente escritas e enviadas para esclarecer pontos nebulosos da história pátria ou peninsular e, como decorre do seu teor e da sua extensão, facilmente se confundem com um opúsculo ou um (pequeno) tratado sobre determinada matéria de investigação. Não é por acaso que, referindo-se à extensa *Carta a Bartolomeu de Quevedo*, o autor a designa como uma *uerbosissima epistula*, um *libellus* ou mesmo como um tratado. Ora esta carta, que se configura, na verdade, como um largo tratado de múltiplas matérias, começa com um “preâmbulo” de teor epistolar e termina, ao cabo de quase dezanove páginas (do denso in-quarto da *Hispania Illustrata*), com a (in)esperada saudação final.⁶ Quer dizer, só esse preâmbulo e essa saudação final pertencem ao género epistolar; tudo o mais (o corpo da epístola) deverá ser entendido como aquilo que realmente é, um opúsculo de vária matéria ou um tratado miscelânico, de cunho fortemente e deliberadamente controverso, sob a capa de uma epístola.⁷

⁴ Trata-se do *L. ANDR. RESENDII Carmen Endecasyllabon, ad Sebastianum Regem Serenissimum*. Olisipone. Apud Franciscum Garcionem in officina Ioãnis Barrerae, Typographi Regij, Anno. M.D.LXVII. No fol. 2 figura a carta a D. Sebastião, a que se segue a carta a Quevedo. Para mais pormenores, vd. VIRGÍNIA SOARES PEREIRA, *André de Resende, Carta a Bartolomeu de Quevedo*, Coimbra, 1988, pp. 41-42. Os motivos aludidos prendiam-se com o reacendimento recente da velha inimizade entre portugueses e castelhanos.

⁵ Esta última carta está datada de Outubro de 1533, acabava Resende de regressar do estrangeiro. Nela são dedicadas ao cardeal as inscrições romanas (os “Antiqua epitaphia”) que Resende tinha reunido até então, com a promessa de continuar a recolher material epigráfico necessário à reconstrução firme e fiel do passado romano de Portugal. Dado que nela o “pai da epigrafia lusitana”, como lhe chamou Carolina Michaelis (vd. JOSÉ MANUEL GUERREIRO, “André de Resende e o Humanismo em Portugal”, *A Cidade de Évora* 37-38 (1955-56), p. 43), dá a conhecer o que pensa quanto à relação entre ortografia e epigrafia, esta carta continua a ser interessante, embora tenha perdido valor na sua componente teórica, hoje ultrapassada. Inserida por DIOGO MENDES DE VASCONCELOS na sua edição do *De Antiquitatibus Lusitaniae*, Évora, 1593, a carta passou a integrar as edições subsequentes desta mesma obra e encontra-se publicada, em fac-símile e em tradução, na edição de R. M. ROSADO FERNANDES, intitulada: *André de Resende, As Antiquidades da Lusitânia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

⁶ A carta em questão ocupa, na edição quinhentista (vd. n. 4), os ff. 9r a 38r. Veja-se, por exemplo, o final (fol. 38r): *Bene uale. Et huic homini quem sponte ad amicitiam prouocasti, in dies amiciori, mutuum amicitiam serua. Eborae, quarto Nonas Maii. M.D.LXVII.*

⁷ O mesmo acontece com as duas outras cartas históricas, a Carta a Vaseu (*De Colonia Pacensi*) e a carta a Ambrósio de Moraes, cujos *incipit* e *explicit* adoptam a forma e conteúdo de carta (e poderiam, por isso, ser

Não é, contudo, destas cartas-tratado que iremos falar. Como se disse já, este género de epístolas tem atraído a atenção dos investigadores de Resende e, por outro lado, o seu estudo global não caberia neste espaço. Por razões homólogas, também não falaremos da carta em verso (a epístola poética), que é predominantemente de teor literário, do mesmo modo que só esporadicamente prestaremos atenção às cartas em vernáculo (a mais famosa das quais é a que Resende enviou a D. João de Castro, desculpando-se por não poder acompanhá-lo ao Oriente). O presente estudo centrar-se-á nas epístolas resendianas que, escritas em prosa e na língua do Lácio, têm como principal escopo, por parte do autor, prefaciá-las, apresentando-as e recomendando-as ao dedicatário (e aos leitores), as obras (do próprio, mas também de outros) que são objecto da publicação em causa. Estudar-se-ão, assim, as cartas prefaciais e as cartas nuncupatórias – embora sem a preocupação de distinguir umas das outras, pois que em termos genéricos perseguem objectivos muito próximos e chegam a coexistir numa mesma obra⁸, quando não num único texto.⁹ Atendendo aos seus objectivos, todas elas se inscrevem no âmbito

separados do resto do texto), ficando o miolo da mesma ocupado com o tratamento de várias questões no geral objecto de acesa controvérsia. Note-se que algo de idêntico ocorre na *Vida do Infante D. Duarte, dirigida ao Senhor D. Duarte, duque de Guimarães, seu filho*, escrita em 1567. Dividida em vinte capítulos, o primeiro não é mais do que uma carta apresentadora e justificadora da biografia, embora estejam ausentes os sinais exteriores típicos de uma carta, a saudação inicial e a final. E se, por um lado, ao longo desse primeiro capítulo, Resende se dirige várias vezes a D. Duarte filho, por outro, as palavras finais do mesmo capítulo são, a este respeito, bem esclarecedoras, porquanto, depois de esboçar o plano da biografia, o biógrafo afirma: “E daqui por diante deixarei de falar com V. Excelência, e irá o estilo somente como historiador, relatando as cousas em geral, até que seja tempo de epilogar e concluir a lição que determinei de lhe ler.” (vd. ANDRÉ DE RESENDE, *Obras Portuguesas*. Prefácio e notas do prof. JOSÉ PEREIRA TAVARES. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1963, p. 85). Já na *Vida de Fr. Pedro de Évora*, datada de 1570, Resende distribui a justificação e a apresentação da obra por duas peças, a saber, uma carta dedicatória endereçada a D. Juliana de Lara de Meneses, Duquesa de Aveiro, e um “Proémio”, no qual não só fala do merecimento do frade porteiro, como também afirma ser esta biografia uma forma de honrar “a religião em que fui criado” (vd. ANDRÉ DE RESENDE, *Obras Portuguesas*, pp. 137-140).

⁸ Mais especificamente sobre estes dois tipos de paratexto, o frontispício e a dedicatória, veja-se MARCO SANTORO, “Appunti su caratteristiche e funzioni del paratesto nel libro antico”, in *Accademie e biblioteche d’Italia*, anno LXVIII (51° Nuova Serie), n° 1, Roma, Fratelli Palombi Editori, 2000, p. 5-37. De um modod geral, André de Resende prefere a carta prefacial, mas recorre também, e em simultâneo, ao prefácio e à carta dedicatória, à semelhança do que acontece, por exemplo, nos textos introdutórios (carta a Trifon, o editor, e dedicatória a Marcellus Victorius) da *Institutio Oratoria* de Quintiliano.

⁹ A que podemos chamar “carta prefatória” ou “prefácio epistolar”, para utilizar os termos sugeridos por TORE JANSON, *Latin Prose Prefaces (Studies in Literary Conventions)*, Stockolm – Göteborg – Uppsala, Almqvist & Wiksell, 1964, p. 19. Segundo este estudioso (p. 22), a carta a servir de prefácio surgiu com Arquimedes (séc. III a. C.), que assim dava a conhecer os objectivos da sua obra e a dedicava ao amigo que lhe solicitara. Note-se que estas novidades no tempo de Arquimedes se transformaram em lugar-comum. Tore Janson, apesar de dedicar algumas páginas aos “Epistolary Prose Prefaces” (pp. 106-112), considera que estes se distinguem dos restantes prefácios em prosa apenas do ponto de vista formal, não de conteúdo, visto que o prefácio epistolar apresenta as características formais de uma carta, nomeadamente a frase de saudação inicial e/ou a de despedida. Apesar de antigo, o recurso ao prefácio epistolar regista um aumento exponencial na segunda metade do século XV, em Itália, em virtude de os humanistas recorrerem a este tipo de texto para conseguirem arranjar patronos e/ou agradar aos seus mecenas. Entre nós, o recurso a este tipo de carta tende a aumentar ao longo do século XVI. Sobre a tipologia das cartas, veja-se, por exemplo, PAOLO CUGUSI, *Evoluzione e forme dell’epistolografia latina (Nella tarda repubblica e nei primi due secoli dell’Impero)*. Roma, Herder, 1983, p. 115 e 131-133. A respeito da textos prefaciais, convém ver as seguintes obras de referência: CECIL H. CLOUGH, “The cult of Antiquity: Letters and Letter Collections”, in Cecil H. Clough

das chamadas cartas públicas, isto é, daquelas missivas que, exactamente por serem destinadas à publicação, interessa que interessem a outros que não apenas ao destinatário referido ou ao dedicatário. Veremos, assim, não apenas como Resende se revelou um exímio conhecedor da *ars epistolaris*, mas também como se deixou revelar num género de texto que, diferentemente da obra preambulada, desvenda sem subterfúgios o que o autor quis ou se propôs fazer.

2. A tónica da carta-prefácio

Revestindo-se da já referida importância no concerto da produção literária ou artística do autor, a carta prefacial (e/ou dedicatória) – lugar privilegiado de exposição dos intuitos programáticos que presidiram à realização da obra, ou de explicitação do pensamento do autor no que toca a certos assuntos¹⁰ – tem a sua origem no proémio clássico e releva, por isso, da “estética incipitatória”, o mesmo é dizer, dos preceitos da retórica greco-latina atinentes ao “começo” de um texto.¹¹ De acordo com estes preceitos, o autor deveria justificar a natureza da obra, as suas circunstâncias e o seu objectivo, acentuar a sua utilidade e, modestamente, pedir vénia para as suas eventuais falhas. Entre os antigos, este tipo de texto assumiu usualmente a forma de carta e, segundo Paolo Cugusi, ocorre particularmente a apresentar obras técnicas, eruditas e tratados (enciclopédicos, retóricos, gramaticais, médicos, jurídicos), mas também obras históricas e poéticas.¹² Plínio-o-Moço, que é uma referência incontornável em matéria de epistolografia, abriu o seu *Epistolário* com uma carta dedicatória a apresentar e justificar

(ed.), *Cultural Aspects of the Italian Renaissance (Essays in honour of Paul Oskar Kristeller)*, Manchester, University Press, 1976; F. M. DUNN-T. COLE (edd.), *Beginnings in classical literature*. Yale Classical Studies, vol. XXIX; G. GENETTE, *Seuils*, Paris, Éditions du Seuil, 1987; M^a. NIEVES MUÑOZ MARÍN, *Teoría epistolar y concepción de la carta en Roma*, Granada, Universidad de Granada, 1985, e “La epistolografía latina: temas, forma y función”, *III Colóquio Clássico – Actas*, Aveiro, 1999, 63-70. Acrescente-se, a título informativo (pois não foi possível consultar esta obra) a seguinte referência: C. SANTINI-N. SCIVOLETO, *Prefazioni, Prologhi, Proemi di Opere tecnico-scientifiche Latine*, Roma, 1990.

¹⁰ Não será por acaso que, ao longo das suas *Notícias sobre a vida de André de Resende*, F. LEITÃO FERREIRA recolhe muitas informações e resume e extracta, em apoio das suas teses, inúmeras cartas dedicatórias do humanista biografado.

¹¹ A respeito do que caracteriza e distingue verdadeiramente o texto prologal – a “introduccionalidad” –, de que há a destacar a diferença entre o que se quis fazer e o que realmente se fez, consulte-se ALBERTO PORQUERAS MAYO, *El prólogo en el Renacimiento Español*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1965, pp. 2-4. Veja-se também BELÉN TROBAJO DE LAS MATAS, “El proemio en la literatura y retórica clásicas y su pervivencia: M. De Unamuno”, in José Ribeiro Ferreira (coord.), *A Retórica Greco-Latina e a sua perenidade* (Coimbra, 11-14 de Março, 1997), Edição da Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 2000, vol. I, 439-465, p. 439. A princípio, o proémio fazia corpo com o texto prologado e pretendia, como se sabe, tornar o ouvinte e/ou leitor *benevolus, docilis e attentus* (termos utilizados por Cícero e Quintiliano quando se referem à tríplice finalidade do proémio; veja-se Belén Trobajo, p. 450, n. 33). Depois, sobretudo com a invenção da imprensa, o proémio clássico sofreu uma evolução, autonomizando-se do texto propriamente dito.

¹² PAOLO CUGUSI, *op. cit.*, pp. 131-132.

a natureza e a publicação do mesmo, começando exactamente por dizer que foram as instâncias do amigo que o levaram a esta publicação.¹³ De outras cartas plinianas depreende-se que fazia habitualmente preceder alguns dos seus trabalhos (discursos ou poemas) de cartas de apresentação. É que, como justificava, por vezes era necessário publicar quanto antes o produto do trabalho intelectual, a fim de evitar que fosse por outros posto a circular numa versão deturpada.¹⁴ Desde os tempos da Antiguidade Clássica até hoje, embora com particular incidência no Renascimento¹⁵, e sob as mais diversas formas – proémio, prefácio ou carta dedicatória –, as prescrições oratórias referentes à teoria prefatória, à antiga retórica do prefácio, continuaram a ser aplicadas aos textos (proemiais ou posfaciais) que hoje se designam, correntemente, de paratextos. Gérard Genette, que dedicou um estudo ao tratamento dos limi(n)ares e consagrou o termo “paratexto”, utiliza esta designação para nomear as mais diversas formas de apresentação de um texto, englobando neste termo dedicatórias, epígrafes, títulos, notas, prefácios e posfácios.¹⁶ Na sequência desta chamada de atenção teórica para a importância dos paratextos, autores há que os erigiram em matéria de livros, como João Barrento, por exemplo.¹⁷ Pois bem. É tendo presente quer a prática dos antigos, quer reflexões modernas sobre o papel do discurso prefacial, que procuraremos reler o texto epistolar com o qual Resende apresentava *in limine* as suas obras, partindo do princípio

¹³ A carta dedicatória de Plínio começa assim (*Ep.*, I, 1, 1): *Frequenter hortatus es ut epistulas, si quas paulo curatius scripsissem, colligerem publicaremque*. Outros verbos da área semântica da “persuasão” podem ocorrer, como *rogare, flagitare, efflagitare, iubere*, etc.

¹⁴ Plínio-o-Moço, *Ep.*, I, 2 (a Arrianus, pedindo-lhe que leia e corrija o discurso que lhe envia); I, 8 (a Saturninus, para que lhe corrija o discurso); II, 5 (a Lupercus, para que lhe reveja um discurso forense); III, 13 (a Voconius Romanus, para que veja e comente o *Panegírico de Trajano*); III, 18 a Vibius Seuerus, para que reveja o *Panegírico*); etc. Em II, 10, 2-3, é Plínio quem exorta um amigo a que dê a público as suas produções.

¹⁵ O Renascimento prestou grande atenção à questão do prefácio (atraído pela sua relevância hermenêutica), na medida em que nele sempre estavam em jogo questões de autoria e de autoridade. Veja-se, a este respeito, KEVIN DUNN, *Pretexts of Authority: The Rhetoric of Authorship in the Renaissance Preface*, California, Stanford University Press, 1994, p. xi.

¹⁶ Este investigador francês fala em “instance préfaciel”, definindo o termo abrangente *préface* como « toute espèce de texte liminaire (preliminaire ou postliminaire), auctorial ou allographe, consistant en un discours produit à propos du texte qui suit ou qui précède » (G. GENETTE, *Seuils*, Paris, Éditions du Seuil, 1987, p. 150). O mesmo Genette esclarece, no início (p. 8): « <le paratexte>, lieu privilégié d’une pragmatique et d’une stratégie, d’une action sur le public au service, bien ou mal compris et accompli, d’un meilleur accueil du texte et d’une lecture plus pertinente, s’entend, aux yeux de l’auteur et de ses alliés. »

¹⁷ De facto, João Barrento, quando decidiu anteceder (prefaciá-lo) a sua obra significativamente intitulada *Umbrais* – por consistir na publicação de textos que tinham sido elaborados com o objectivo de servirem de prefácio a outras obras, à semelhança do “Prólogo de prólogos” de Jorge Luís Borges –, escreveu: “Todo o prefácio é uma circunstância, nasce dela – quase sempre da circunstância de haver um livro à sua espera.” (JOÃO BARRENTO, *Umbrais, o pequeno livro dos prefácios*, Edições Cotovia, 2000, p. 9. Veja-se também JORGE LUÍS BORGES, *Prólogo de Prólogos*, no vol. IV das suas *Obras Completas*). É, portanto, e ainda segundo este autor, um “antetexto”, um texto que antecede um outro texto. Antoine Compagnon, por sua vez, afirmou expressivamente (como sempre faz) estarmos a falar de uma zona textual indecisa, uma “zone intermédiaire entre le hors-texte et le texte” (cit. de G. GENETTE, *Seuils*, p. 8, n.1).

de que se trata de um discurso preponderantemente retórico, que glosa *tópoi* de há muito estabelecidos, típicos dos textos proemiais, e através deles difunde as suas mensagens.¹⁸

Embora tenha sido dito acima que centraríamos a atenção nos textos prefaciais resendianos em latim, será de toda a vantagem começar este estudo com observações à forma particularmente significativa como Resende apresenta a *História da Antiguidade da Cidade de Évora* – um texto que tanta importância (histórica, documental, afectiva) tinha para Resende e para esta cidade que o viu nascer –, vem a lume duplamente justificado e apresentado, digamos, através de dois “prólogos”, a saber, a carta dedicatória ao infante D. João, filho de D. João III e natural de Évora, e a carta aos vereadores da Câmara da cidade. Na opinião de Ivo Carneiro de Sousa, que dissecou e perscrutou com suma perspicácia o sentido destes dois textos liminares, Resende, ao proceder desta forma, não apenas acautelou a “recepção pública” do volume, invocando a falta de tempo para fazer obra melhor, como acautelou também a “propriedade literária”, pois esse texto esteve em risco de ser publicado sem a sua supervisão. Vale a pena rever parte das sintomáticas palavras de Resende, dirigidas ao infante D. João, com as quais entretece a justificação da obra e a necessidade da sua imediata public(it)ação:

*“Tinha eu esta História feita a petição da Câmara da cidade, a qual lendo, poucos dias há, ao Doutor Gil de Vilalobos, juiz que ora em ela é, confessou-me que estava de propósito de a mandar trasladar sem eu o saber e levá-la a V. A.. Eu, receoso de me fazerem este furto e oferecendo-se ora nova impressão aqui, quis-me anticipar com dar primeiro a V.A. este gosto, que sei que há-de ter, da antiguidade da sua pátria.”*¹⁹

Como se percebe, estas palavras do humanista eborense destinam-se a justificar, com suma habilidade, a publicação e a dedicatória ao Príncipe D. João, seu conterrâneo, de uma obra que, em princípio, era devida à Câmara de Évora, a entidade que a encomendara. A fim de melhor avaliar o sentido um tanto sibilino das palavras em questão, veja-se o que é dito na carta aos Vereadores da Cidade, que surge a encabeçar esta mesma *História da Antiguidade da Cidade de Évora*. Aí, o humanista começa por

¹⁸ Os principais *tópoi* constantes dos textos proemiais são os seguintes: 1. Justificação do interesse da obra prologada. 2. *Captatio benevolentiae* através da *auxesis* / *amplificatio*, exaltando a utilidade e/ou a novidade da matéria, o *operae pretium*. 3. Pressão dos amigos, que leva à publicação da obra. 4. *Recusatio*. 5. A obra como um trabalho elaborado em tempo de *otium* e não de *negotium*. 6. *Tópos* da humildade (em contraponto com a *rerum magnitudo* e a excelência do destinatário, a quem se pede que reveja e corrija a obra). 7. O tema da vinculação amorosa, que costuma encerrar a carta, segundo um hábito proveniente já de Cícero. Veja-se, a este respeito, ALBERTO PORQUERAS MAYO, *El Prólogo en el Renacimiento Español*, Madrid, 1965, pp. 7-34, e M. N. MUÑOZ MARÍN, em “La epistolografía latina: temas, forma y función”, *III Colóquio Clássico – Actas*, Aveiro, 1999, 63-70.

¹⁹ André de Resende, *Obras Portuguesas*, p. 6. Para um comentário a esta obra, e a esta carta dedicatória, veja-se o importante estudo de IVO CARNEIRO DE SOUSA intitulado *André de Resende e a História da Antiguidade da Cidade de Évora*, Estarreja, Casa do Livro, 1993, em especial pp. 18-23.

justificar o ter anuído ao pedido da Câmara invocando a utilidade da obra em causa. E depois escreve:

*“Determinei dar à pátria uma dúzia de madrugadas deste Dezembro e poer em estilo o que me pedistes, de que a vós, por serdes os primeiros que isto procurastes, ninguém tirará vosso louvor.”*²⁰

Com tais palavras – que são um verdadeiro concentrado de insinuações, conforme observou Ivo Carneiro de Sousa –, Resende dá um necessário relevo à sua generosidade para com o país natal, ao afirmar que, a isso obrigado pela pressão dos mais ilustres dos seus conterrâneos, teve de sacrificar o seu descanso e de trabalhar noite fora para proporcionar a todos o conhecimento que era apanágio apenas de alguns. Assim assinala o humanista, habilmente, que o trabalho apresentado é fruto de “uma dúzia de madrugadas” de Dezembro, isto é, de horas arrancadas não ao *negotium*, mas ao *otium*, ao tempo destinado geralmente ao descanso... Era uma forma de sugerir que, apesar de todo o empenho, o tempo (escasso) lhe não permitira fazer melhor? É possível que sim, pois este é um *tópos* que vem já de modelos antigos. Cícero, por exemplo, escreveu, ao dedicar os *Paradoxa Stoicorum* ao amigo Bruto:

*Accipies igitur hoc paruum opusculum lucubratum his iam contractioribus noctibus, quoniam illud maiorum uigiliarum munus in tuo nomine apparuit.*²¹

“Receberás, portanto, este pequeno livrinho, fruto das elucubrações destas noites já bem mais pequenas, tendo em atenção que o múnus das noites mais longas já apareceu a público com uma dedicatória em teu nome.”

Mas Resende não se limitou a afirmar a sua disponibilidade para, mesmo com sacrifício pessoal, responder aos pedidos camarários; aproveitou ainda o ensejo e premiu simultaneamente a tecla do elogio através do chamado argumento de anterioridade, ao sublinhar que foram os vereadores eborenses a dar o primeiro impulso para que a obra se fizesse.²²

Estes textos introdutórios à *História da Antiguidade da Cidade de Évora* constituem um autêntico repositório de *tópoi* e são bem reveladores do conhecimento

²⁰ *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, op. cit., p. 10.

²¹ Cícero, *Parad.* 5. Cícero refere-se aqui, ao falar do trabalho de noites longas, à obra de maior fôlego intitulada *Brutus*, dedicada ao amigo homónimo. A este respeito, JANSON (op. cit., p. 147 e seguintes) lembra as *Noctes Atticae* de Aulo Gélio e outras obras elaboradas em tempo que outros preferiam dedicar ao descanso. Plínio-o-Velho diz claramente que fez o seu trabalho em tempo de *otium*, em tempo tirado ao sono (durante as *subsiciuae horae* ou nos *subsiciuis temporibus, id est nocturnis*, como esclarece em *praef.*, § 18), em nada prejudicando com isso o trabalho devido ao Império.

²² Este argumento de anterioridade pode ser de anterioridade no tempo (é o prestígio da antiguidade), pode dizer respeito à primazia da qualidade, e pode ainda ser entendido também como argumento da origem ou causa, de quem dá o impulso para dada acção, por exemplo. Veja-se a este respeito LAURENT PERNOT, *La Rhétorique de l'éloge dans le monde gréco-romain*, Paris, Institut d'Études Augustiniennes, 1993, tome II, pp. 705-707.

intrínseco que Resende possuía da técnica incipitatória, que se destinava primordialmente a sublinhar o *operae pretium*, isto é, a importância ou a novidade da matéria versada. Através do encarecimento (a *áuxesis* ou *amplificatio*) do assunto, insistindo na *rerum magnitudo* ou na novidade do mesmo, o autor tem em vista atrair a atenção e despertar o interesse do público leitor, num claro gesto de *captatio benevolentiae*. Por vezes – sobretudo quando o autor do prefácio coincide com o autor da obra prefaciada –, o receio de não corresponder cabalmente às exigências decorrentes da *rerum magnitudo* leva-o a esboçar um gesto de *recusatio* e, numa segunda fase, a acentuar mais a sua humildade do que a importância ou a novidade da matéria.²³

Além da *rerum magnitudo*, um outro dos motivos mais frequentemente invocados pelo autor quando prepara o terreno para apresentar a sua *recusatio* é o da absoluta falta de tempo, que resulta de se ver ocupado em *negotia*, quando lhe agradaria muito mais consagrar-se ao *otium* (o *otium litteratum*, evidentemente).²⁴ Enredado em trabalho, gostaria de dizer que não ao esforço de publicação. Tendo, todavia, consciência de que levar a *recusatio* até ao fim seria sinal de pouca delicadeza para com aqueles que lhe solicitaram o trabalho, surge logo de imediato um outro *tópos*: o de que só a pressão do(s) amigo(s) ou do dedicatário o moveu a dedicar-se a um assunto de tão grande complexidade (*tanta res*) como o que agora traz a lume, mesmo sem se sentir capaz de levar a bom termo um trabalho de tanta responsabilidade.²⁵ Colocado perante o dilema de se subtrair ou aceder ao pedido do amigo ou à pressão das circunstâncias, o autor não sabe que escolher. É que uma atitude implicaria indelicadeza, enquanto a outra exigiria a audácia de quem não está preparado para se abalançar a *tanta res*.²⁶

²³ Isto é verdade sobretudo no que diz respeito à carta que encabeça (e recomenda) um texto histórico ou científico; com efeito, chamar a atenção para a novidade da matéria não é muito frequente no prólogo a uma obra de natureza eminentemente literária, já que para os antigos o prestígio de um texto resulta da sua ligação a uma tradição consagrada.

²⁴ Segundo KEVIN DUNN (*op. cit.*, p. 4-6), estes *tópoi* integram a *captatio benevolentiae* e encontram-se praticamente todos presentes no prefácio da conhecida *Rhetorica ad Herennium*.

²⁵ Assim o autor se desculpa da eventual imperfeição da sua obra, como acontece com a já comentada carta proemial da Correspondência de Plínio-o-Moço – que paradigmaticamente endossa ao amigo Septicius a “responsabilidade” pela publicação das suas cartas. Uma variante deste tema é o da pressão, não já de um amigo, mas de alunos, ou de um grupo de pessoas, tendo em conta a utilidade da obra a publicar. Veja-se como estes *tópoi* estão presentes na carta dedicatória do *Vincentius* a Martinho Ferreira. Quanto ao *tópos* da pressão dos alunos, esse reaparece na carta à princesa D. Maria, filha de D. Manuel e irmã de D. João III, a dedicar-lhe o discurso que proferiu no Colégio Real (Colégio das Artes) de Coimbra, em 28 de Junho de 1551. Ao justificar a dedicatória da obra à princesa – não fosse parecer que adulava o rei, se lhe dedicasse também o discurso que em seu louvor proferira naquela data e naquele local – Resende alude, de passagem, à pressão (ao pedido) dos alunos para que o publicasse. À boa maneira dos humanistas, aproveita o ensejo (o pedido dos discípulos) para, editando e dedicando a obra, não deixar esmorecer o favor dos Mecenas do tempo, o rei e a irmã.

²⁶ *Tópoi* como estes encontram-se nas palavras de abertura da *Rhetorica ad Herennium* e também do *De Oratore* e reaparecem, mais explícitos e logicamente estruturados, no prefácio do *Orator*, que começa assim: *Vtrum difficilius aut maius esset negare tibi saepius idem roganti an efficere id quod rogares diu multumque,*

Em Resende encontramos ecos evidentes deste dilema – com as necessárias adaptações ao caso vertente – na sua carta ao amigo Paulo António, a preceder o *De uerborum coniugatione Commentarius* e a justificar a publicação de uma obra que, apesar de todos os receios e da recusa ensaiada, não era, afinal, de tão grande dificuldade:

*Quumque ego reniterer, et longe hominum de me expectatione rem inferiorem esse causarer, quumque tu uehementius urgeres, ueritus sum pertinacis nimiumue praefracti notam incurrere, qui homini amicissimo rei tantillae honestam operam denegarem.*²⁷

“E como eu permanecesse renitente, dando azo a que me considerassem bem inferior à expectativa que a meu respeito fora formada, receei incorrer na acusação de ser um tipo teimoso e bastante indelicado, capaz de negar a uma pessoa tão minha amiga um trabalho honesto de tão pequena monta.”

Ainda no capítulo da pressão das circunstâncias, que ora impedem o autor de concluir a obra em devido tempo, ora o forçam a fazê-lo de forma tumultuária –, vejamos como esta reelaboração da oposição *otium / negotium* surge noutras cartas resendianas, em particular nas cartas dedicatórias do *Genethliacon* e do *Vincentius*, que nesta matéria evidenciam pontos comuns. Justificando o atraso na publicação do *Genethliacon* – poema celebrativo do nascimento do príncipe D. Manuel, filho de D. João III –, Resende lamenta ter sido arrancado ao seu ócio literato pela expedição contra os Turcos. Escreve então, em carta dedicatória ao rei:

*Iam celeritate placere non potuimus, quum a Saturnalibus ipsis, quibus Natalis hic in Belgica celebratus est, interrumpendum protinus otium literarium, et agenda motoria fabula, uel inuito, fuerit, Turcaica urgente expeditione, quo me secessu Musarum legatus rapuit.*²⁸

“Já quanto à celeridade, não me foi possível satisfazê-la, pois que me vi forçado a interromper de imediato o ócio literário desde as Saturnais, que coincidiram aqui na Bélgica com a celebração do Natal, e a representar uma “comédia de movimento”, mesmo contrariado; dada a urgência da expedição turca, a isso me forçou o embaixador, que me arrancou ao retiro das Musas.”

Brute, dubitavi. Nam et negare ei quem unice diligere cuique me carissimum esse sentirem, praesertim et iusta petenti et praeclara cupienti, durum admodum mihi uidebatur, et suscipere tantam rem, quantam non modo facultate consequi difficile esset sed etiam cogitatione complecti, uix arbitraber esse eius qui uereretur reprehensionem doctorum atque prudentium, isto é: “Muitas vezes hesitei, Bruto, sem saber se era mais difícil negar-te o que sempre e tantas vezes me pedias ou se não seria melhor anuir ao teu pedido. É que, por um lado, me parece muito pouco simpático dizer que não a uma pessoa que especialmente aprecio e que sei ter por mim a maior estima – especialmente quando é justo o que pede e excelente o que deseja –; por outro, meter ombros a tão grande empresa, tão difícil ela é de conseguir realizar, mas também de abarcar pelo pensamento, mal pensava eu ser próprio de quem receia a repreensão dos entendidos e dos competentes.” Na opinião de TORE JANSON (*op. cit.*, p. 45), os *tópoi* aqui identificáveis constituirão como que um *cliché* nos prefácios epistolares.

²⁷ Nesta carta, além de se referirem dois motivos para a publicação da obra (as instâncias do amigo e dos alunos de Lisboa), é ainda invocado o facto de o opúsculo em causa ser um manual útil para a aprendizagem dos filhos do Conde de Alcoutim, que nesse momento preparam o estudo da flexão verbal.

²⁸ Citado de F. LEITÃO FERREIRA, *Notícias sobre a vida de André de Resende*, in *Arquivo Histórico Português*, vol. VII, p. 413.

Também o atraso (de vários anos) na publicação do *Vincentius* ficou a dever-se ao mesmo motivo. Como confessa Resende, na carta dedicatória a D. Martinho Ferreira:

*Tandem redit ad te, mi Martine, iure postliminij, Vincentius pridem ex meo tuus, diuque tibi debitus. Nam quum id poëma, qualecumque est, in Gallia Belgica tuo dicasse nomini, non tamen edidi: quod e uestigio uterque quasi motoriam quamdam fabulam egerimus, Caruli Quinti Imperatoris auspiciis, Pannonicam illam in Turcas expeditionem sequuti.*²⁹

“Finalmente volta a ti, meu caro Martinho, por direito de regresso, o *S. Vicente*, que outrora, depois de mim, te pertenceu e que há muito te é devido. De facto, e apesar de te ter dedicado esse poema na Bélgica, seja qual for o seu valor, acabei por não o editar, já que imediatamente nós ambos tivemos de representar uma espécie de movimentada comédia, ao ter de seguir, sob os auspícios do imperador Carlos V, naquela expedição panónia contra os Turcos.”

Assim, e segundo o próprio autor, estas duas obras não foram dadas à estampa mais cedo porque, na época da sua elaboração, o humanista estava a braços com uma absoluta falta de tempo; na verdade, o facto de fazer parte do séquito de Carlos V obrigava-o, bem contra vontade (*inuitus*), a “representar” uma autêntica *fabula motoria*, a viajar constantemente de um lado para o outro, circunstância que o afastou decididamente do retiro das Musas. Estamos, evidentemente, na presença de uma justificação verdadeira embora sob as vestes de um *tópos*, já que se apresenta com um queixume e uma postura frequente entre os humanistas, a que os leva a asseverar sistematicamente que só motivos imperiosos os impedem de se dedicar a tão aprazível convívio.

Outros queixumes, todavia, podiam encontrar cabimento no tipo de carta em análise. Num tempo em que o trabalho do humanista e a sua divulgação dependiam em larga medida da benevolência e generosidade do monarca ou do patrono, a carta dedicatória podia ser um veículo para alertar o patrono para as dificuldades enfrentadas pelas actividades intelectuais e culturais dos seus conterrâneos. Lembre-se a carta que antecede a *Oratio pro rostris*, um discurso proferido e publicado em Lisboa, em 1534. Dedicando a *Oratio* a D. João III, Resende dirige-se ao monarca não apenas como a quem é o maior patrono das letras portuguesas, mas também no intuito de o alertar para o deficiente estado da imprensa, que se encontrava ainda nos seus rdes começos. Pretendia desse modo lembrar ao rei a promessa de criação de uma tipografia moderna na capital do reino. Eis o texto da carta dedicatória neste passo:

“A instâncias de amigos e de uma boa parte de escolares, mandei de mau grado imprimir a oração de sapiência que há pouco fiz e pronunciei na

²⁹ L. ANDR. RESENDII *Vincentius leuita et martyr*. Olisipone. Apud Lodouicum Rhotorigium typographum. M. D. XLV., fol. Aij. A obra foi, há cerca de 20 anos, objecto da seguinte publicação fac-similada: ANDRÉ DE RESENDE, *Vincentius Leuita et Martyr*. Reproduction en fac-similé de l'édition de Luís Rodrigues, Lisbonne, 1545. Introduction par JOSÉ V. DE PINA MARTINS. Braga, Barbosa & Xavier, Limitada, Editores, 1981.

Universidade de Lisboa, entre muitas outras razões, mormente porque a custo encontraria caracteres tipográficos adequados para esta matéria. Entendi que devia mostrá-la a Vossa mui Augusta Majestade, não porque esteja persuadido de que a obra é digna de tal honra, mas porque eu, vosso protegido, e quantos professam as letras, temos essa obrigação perante vós, que sois o maior protector da letras e seus cultores. E também, diga-se de passagem, para que, depois de verdes, na mais ilustre de todas as cidades, tão miserável tipografia, Vos apresseis a dar-nos a que tínheis resolvido, quando neste assunto Vos falámos. Adeus.”³⁰

Dirigindo-se desta forma ao rei e elogiando-o como “o maior protector das letras e seus cultores”, Resende dedica-lhe a obra e, em virtude da homenagem, como que o vincula ao cumprimento da promessa. A sua atitude não é, no fundo, diferente da dos escritores romanos dos tempos imperiais, que se dirigiam ao Imperador dedicando-lhe a obra e celebrando-o encomiasticamente, quando não mesmo adulando-o. Como escreveu Tore Janson, em comentário às cartas dedicatórias remetidas ao César:

“To address the Emperor was as suitable a practice for poets as it was for prose authors. There developed in this respect a prefatorial theme that could be employed in all genres. [...] Homage to the Emperor was in this way *incorporated* into a familiar type of preface, the dedicatory preface, that could be used in the majority of genres.”³¹

Atentando bem, em todos estes *tópoi* – cuja origem remonta já aos tempos clássicos e que se distribuem pelos dois tipos de cartas (as prefaciais e as dedicatórias) –, há sinais da dupla finalidade que a eles preside: o encómio do dedicante (por vezes sob as vestes da modéstia) e o encómio do dedicatário (geralmente amigo ou patrono).

3. Os “manifestos” de Resende

Como já foi dito, a carta prefacial / dedicatória constitui o lugar privilegiado para a exposição de juízos ou de convicções atinentes a temas particularmente caros ao seu autor. É nesta medida que as cartas prefaciais são (ou devem ser) objecto de um olhar mais atento. No caso específico das epístolas de André de Resende que aqui nos interessam, a sua importância advém-lhe do facto de (nos) revelarem – ou confirmarem –

³⁰ André de Resende, *Oração de Sapiência (Oratio pro Rostris)*. Tradução de MIGUEL PINTO DE MENESES. Introdução e notas de A. MOREIRA DE SÁ, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1956, p. 31; vd. texto latino na p. 30). Uma reedição deste texto, introdução, tradução e notas da *Oratio pro Rostris* pode ver-se em *Algumas obras de André de Resende, vol I (1531-1551)*, [...], com um estudo de MANUEL CADAFAZ DE MATOS, Lisboa, Edições Távola Redonda (patrocínio da Câmara Municipal de Évora), 2000, pp. 71-236. Sobre o significado deste passo, consulte-se o importante trabalho (apesar de já não recente) de M. MANUELA BARROSO DE ALBUQUERQUE, “André de Resende: O Drama de um humanista português”, *Euphrosyne I* (n.s.), 1967, pp. 118-119 e 126-127.

³¹ TORE JANSON, *op. cit.*, pp. 101-102. São referidos como exemplos de dedicatória deste tipo o prefácio ao *De Clementia* de Séneca (dedicado a Nero, contém um rasgado elogio da *innocentia* e da *clementia* do imperador), a carta em simultâneo prefatória e nuncupatória da *Naturalis Historia* de Plínio-o-Velho, dirigida a Tito, filho de Vespasiano, e o prefácio de Vitruvius (que insiste em não pretender perturbar, com a dedicatória da obra, a actividade do Imperador, roubando-lhe um tempo precioso), entre outros.

as principais tendências do pensamento e a idiossincrasia do humanista. Questões como a do seu erasmismo, indissociável do tema da guerra justa contra o Islão, ou da verdadeira *pietas*, ou da qualidade do latim, ou ainda o problema da necessidade de projectar além fronteiras a gesta portuguesa, são nestas epístolas tratadas com bem empenhado relevo – aquele relevo que o humanista de Évora tinha por hábito conferir aos seus textos programáticos. E todos eles denotam a marca do tempo agitado em que foram escritos. Vejamos, então, como Resende participou na(s) controvérsia(s) do seu tempo.

a) a divulgação da gesta portuguesa

Segundo Luís de Sousa Rebelo, André de Resende foi “um dos primeiros a meter ombros à patriótica empresa” de dar a conhecer ao mundo europeu, escrevendo em latim, os feitos notáveis dos Portugueses.³² A afirmação deste estudioso da cultura portuguesa assenta, antes de mais, nos dados propiciados por uma carta prefatória que tem estado quase esquecida³³ e que, no entanto, exige que se atente nela, porquanto oferece vários centros de interesse. Trata-se da carta que prefacia (e posfacia) a tradução para latim que Resende fez de um relato apresentado em 1530 ao rei D. João III por D. Nuno da Cunha sobre as vitórias portuguesas no Oriente. É esta uma carta curiosa, além do mais, porque só o início e o fim apresentam as características de uma epístola.³⁴ Tudo o resto é a “tradução” (na verdade não será bem uma tradução, como veremos) da *narratio* dos feitos dos Portugueses junto ao Mar Vermelho. Atentemos no início da epístola:

*Petis, Conrade Gocleni, ut exemplum epistulae missae ad Regem Lusitaniae, de iis, quae nunc recens ad rubrum mare gesta sunt, latinum faciam. Petis tu quidem, sed is petis qui mihi et iubere et imperare potes. Equidem latinum faciam, grauate tamen, facturum minime, nisi tu, cui multum debeo, iuberes.*³⁵

³² LUÍS DE SOUSA REBELO, *A tradição clássica na literatura portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1982, p. 125. Também Diogo de Teive, na epístola dedicatória a D. João III, data da de 1548, a respeito da Relação do segundo cerco de Diu, salientará a importância de se divulgarem na língua do Lácio os feitos dos Portugueses realizados na Índia, para manter a memória dos que viveram e dos que pereceram em tão grande guerra como foi o segundo cerco de Diu. Sobre a epístola dedicatória e sobre o tópico do *operae pretium* (que figura já na conhecida abertura da *História Romana* de Tito Lívio), veja-se Luís de Sousa Rebelo, *op. cit.*, p. 259. O texto em referência pode ler-se em: Diogo de Teive, *Relação das proezas levadas a efeito pelos portugueses na Índia, junto de Diu, no ano da nossa salvação de 1546*. Tradução do latim de CARLOS ASCENSO ANDRÉ. Notas de RUI MANUEL LOUREIRO. Lisboa, Edições Cotovia, Ltd., 1995.

³³ Apesar de em 1991 ter sido objecto de estudo e de provas de mestrado de ANTÓNIO JORGE DA SILVA, em Coimbra. Vejam-se referências mais adiante.

³⁴ Referindo-se a esta carta, BRAANCAMP FREIRE escreve (vd. *Arquivo Histórico Português*, VII, p. 408, n. 24) que o opúsculo *Epitome rerum gestarum* contém: 1. Carta a Goclénio, sem data; 2. *Narratio*, datada de Lovaina, xi das calendas de Julho de 1531 – o que dá bem conta da natureza ambígua deste texto.

³⁵ *Epitome Rerum Gestarum in India a Lusitanis, anno superiori, iuxta exemplum epistolae, quam Nonius Cugna, dux Indiae max. designatus, ad regem misit, ex urbe Cananorio, IIII. Idus Octobris. Anno. M. D. XXX. Auctore Angelo Andrea Resendio Lusitano. Louanii apud Seruatium Zassenum, Anno M.D.XXXI. Mense Iulio. Ad signum Regni coelorum.* Sobre esta tradução / paráfrase da carta de D. Nuno da Cunha a D.

“Pedes-me, Conrado Goclénio, que traduza para latim a carta enviada ao rei de Portugal relativa às gestas recentes ocorridas junto ao Mar Vermelho. Tu pedes, é verdade, mas de tal modo que, ao pedires, tens poder para mandar em mim e dar-me ordens. Pois bem! Traduzi-la-ei, mas a contragosto; de modo algum o faria se tu, a quem muito devo, o não ordenasses.”

Atente-se, em primeiro lugar, na veemência desta quase *recusatio* de Resende. Que motivos a justificam? Segundo o próprio, ela fica a dever-se ao facto de, a seu ver, a vitória narrada na carta de D. Nuno da Cunha ser apenas uma (nem sequer a mais importante) das muitas vitórias que os Portugueses alcançaram no Oriente. Depois, por mais duas ordens de razões: primeiro, porque, em seu entender, não é habitual os portugueses falarem de si tão abertamente; pelo contrário, é bem natural a tendência da gente portuguesa a calar, por modéstia, os seus feitos, e, se os refere, acaba por fazê-lo apenas *intra muros*, contentando-se com dá-los a conhecer aos naturais, não aos de fora³⁶; finalmente, porque a carta cuja tradução se propõe fazer (a contragosto...) não é tanto, na sua opinião, uma *narratio* dos feitos assinalados, mas antes um resumo. É por isso que, conforme continua Resende, muito melhor fazem aqueles que não só entregam à escrita, mas tratam de os aumentar – e não retrain – os seus feitos, no intuito de os divulgar ao mundo e à posteridade. E acrescenta, em jeito de comentário: *Quod non laudare non possum* (“Facto que não posso deixar de louvar”). Na sua opinião, desde que não haja exageros e desvios à verdade, é esse um serviço que se presta à história.

Tentando, embora com base nesta paráfrase, interpretar o pensamento de Resende, que se revela bastante sinuoso no seu raciocínio (afinal há ou não que dar a conhecer o valor lusitano, independentemente da grandeza de certo acontecimento e do desleixo lusitano em dar-se a conhecer?), e observando as armas retóricas de que se serviu, é lícito concluir que o humanista está a glosar o motivo do *operae pretium*, isto é, do verdadeiro valor do texto produzido. Todavia, ao afirmar que seria motivo de *recusatio* a escassa importância da vitória aí comemorada e o pouco apreço que os Portugueses dão, dentro e fora do país, à divulgação da sua própria gesta, acentuando que foram as insistências do amigo que o convenceram a pôr mãos à obra, Resende parece inverter o sentido do tópico do *operae pretium*. Mas é evidente que tais afirmações são pura espuma. Pesem embora os meandros do seu pensamento, não restam dúvidas de que

Manuel I, da autoria de Resende, veja-se ANTÓNIO JORGE DA SILVA, *Epitome rerum gestarum in India a Lusitanis – de André de Resende. Uma intervenção na Europa*. Texto traduzido, comentado e anotado por... Coimbra, 1991 (tese de mestrado policopiada); veja-se o texto latino na p. 71. Agradeço ao seu autor a gentileza de me ter facultado o texto e tradução desta carta.

³⁶ De passagem, o humanista toca aqui, abertamente, o problema da falta de cuidado (o já tradicional desleixo?) dos Portugueses, que pouco ou nada fazem para exaltar os feitos inegáveis do seu povo em terras do Oriente. Muitos anos mais tarde, renovará esta queixa e crítica noutras obras, como na *Carta a Bartolomeu de Quevedo* e até mesmo numa espécie de prefácio ao *Aegidius Scallabitanus*, um diálogo resendiano sobre Fr. Gil de Santarém.

o humanista dava voz, em 1531, a um sentimento que pairava no ar havia algum tempo: o de que a gesta portuguesa era algo de memorável e que era imperioso agir no sentido de a tornar conhecida e divulgada pelo mundo. Em suma, o humanista aproveita a carta a Goclénio para defender que os feitos lusíadas devem ser celebrados e em clima de exaltação épica. Retomava assim o caminho que outros já tinham percorrido, como Mateus de Pisano com a sua *Crónica da tomada de Ceuta* (o primeiro texto que divulga em latim a gesta portuguesa) e que outros haveriam de percorrer também, como Martinho de Figueiredo (na epístola dedicatória do *Comentário ao Prólogo da “História Natural” de Plínio-o-Velho*), Damião de Góis e Diogo de Teive.³⁷

b) o ofício de historiador

Um outro motivo de interesse desta carta prefacial de Resende a Goclénio consiste no facto de o humanista português se assumir aqui, claramente, como *historicus* (historiador) e não propriamente como mero *interpres* (tradutor) de uma carta alheia. Neste sentido, declara que o seu texto (tradução da carta do Governador da Índia) não é uma simples tradução, mas que teve o cuidado de aclarar o sentido da carta com descrições topográficas que elucidassem o leitor. E justifica essa sua atitude com a ideia de que é essencial ao relato histórico acompanhá-lo de informações de ordem geográfica, a fim de que os leitores, conheçam ou não o local onde se desenrolaram os acontecimentos, possam acompanhar e compreender o texto. Para Resende, uma história que não assente as suas bases na preocupação da clareza expositiva e da dilucidação não tem valor.³⁸ No entanto – não fosse parecer que estava a criticar D. Nuno da Cunha, o autor do texto traduzido –, esclarece que, se essas informações não constam da carta do governador da Índia, é não apenas por este não ter tido a preocupação de agir como um historiador – isso não lhe competia –, mas também porque quer o rei quer os que o rodeavam conheciam bem os lugares (quanto mais não fosse através de livros) onde se desenrolaram os principais acontecimentos. O que é curioso é que Resende situa do ponto de vista geográfico lugares onde nunca esteve, talvez apoiado em informações colhidas na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda, pois nunca foi ao Oriente. Mas compreende-se a sua

³⁷ Veja-se NAIR DE NAZARÉ DE CASTRO SOARES, “A História Antiga no Humanismo Renascentista Português”, in *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*, Coimbra, 1993, p. 291-294 e A. DA COSTA RAMALHO, “Literatura Novilatina em Portugal”, in *Para a história do Humanismo em Portugal*, vol. II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / JNICT, 1994, pp. 107-116; ID., “Cataldo e a expansão Portuguesa”, in *Para a história do Humanismo em Portugal (III)*, Lisboa, IN-CM, 1998, pp. 35-41.

³⁸ Assim o afirma André de Resende no final do cap. I do Livro II do *Aegidius Scallabitanus*, *op. cit.* (vd. n. seguinte), p. 381: *Summa historiae laus est [...] dilucida uti sit.*

preocupação em situar geograficamente o testemunho histórico.³⁹ Na verdade, um texto que se destina a ser divulgado e lido pela Europa deve propiciar os elementos geográficos que permitam aos leitores uma compreensão global do que se afirma, para mais tratando-se, como no caso vertente, de um texto que descreve as lutas, travadas no Oriente, entre Portugueses e Turcos.

c) o elogio de Erasmo

Em Setembro de 1529 e em Fevereiro de 1531 dirigiu Resende a Conrado Goclénio, mestre e amigo que conheceu em Lovaina, duas cartas.⁴⁰ Destinavam-se a acompanhar dois textos poéticos relativos àquela cidade (*O elogio de Lovaina* e também o *Elogio de Erasmo*) e nelas o jovem Resende exprime o desejo de que o amigo não deixe de rever e corrigir, com a autoridade que lhe assiste, esses textos, para que possam sair a público confiantes e sem falhas.⁴¹ No primeiro caso, Resende justifica o encómio de

³⁹ O *De bello Gallico*, de Júlio César, ou a *Germania*, de Tácito, por exemplo, começam exactamente com a descrição da Gália e da Germânia, respectivamente. Quanto a Resende, muitos dos seus textos, seguindo a prática clássica, começam com a descrição e localização geográfica dos lugares que se prendem com o desenrolar dos acontecimentos narrados. Lembre-se a descrição da Lusitânia, que abre o *Aegidius Scallabitanus*, e veja-se o que aí escrevi sobre este assunto (ANDRÉ DE RESENDE, *Aegidius Scallabitanus – Um diálogo sobre Frei Gil de Santarém*, Estudo introdutório, edição crítica, tradução e notas de Virgínia Soares Pereira, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, pp. 266-268).

⁴⁰ A primeira carta, a encabeçar o opúsculo ANG. ANDREAE RESENDII LVSItani, *Encomium urbis & academiae Louaniensis*, foi publicada na obra: IOANNIS DANTISCI REGIS POLO- / niae Oratoris ad Clem. VII. Pont. Max. & Carolum. V. Imp. Aug. *De nostrorum temporum calamitatibus SYLVA*, Bononiae aedita. IX. Decemb. MD.XXIX. No cólofon: IOAN. GRAPHEVS Excudebat Antuerpiae, Anno assertionis humanae M. D. XXX. Conrado Goclénio (1489-1539) foi <o primeiro> professor de latim no colégio trilingue de Lovaina, desde 1519, contribuindo inequivocamente para a reputação científica deste Instituto. Eram também aí professores Rutger Rescius, impressor e professor de grego, João Campense, professor de hebraico, e Nicolau Clenardo, professor de grego e de hebraico. Sobre esta carta e o poema laudatório de Lovaina (e indirectamente de Erasmo), veja-se ODETTE SAUVAGE, *L'itinéraire érasmien d'André de Resende (1500-1573)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971, pp. 19-35. O *Erasmii Encomium* foi publicado e traduzido por WALTER DE SOUSA MEDEIROS e JOSÉ PEREIRA DE COSTA, em 1961. Para um comentário a esta obra resendiana, veja-se ARTUR MOREIRA DE SÁ, *De Re Erasmiana (Aspectos do Erasmismo na cultura portuguesa do século XVI)*, Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia, 1977, pp. 176-180, e ODETTE SAUVAGE, *op. cit.*, pp. 37-71. Como se sabe, o poema agradou a Erasmo, que de imediato o publicou, o que muito desagradou a Resende, como se conclui de um passo de uma carta de Erasmo a Goclénio, de 3 de maio de 1532 (editada em *Opus Epistolarum*, ed. P. S. Allen, Oxford, 1956-1958, vol. IX, pp. 276-277, Ep. 2500).

⁴¹ Estamos perante cartas curiosas que, na esteira de Cícero ou de Plínio, solicitam ao amigo ou ao mestre o seu parecer sobre o real valor da obra a publicar. Em termos pragmáticos, uma carta desse tipo, ao ser editada, acaba por tornar-se inútil. Pense-se na primeira carta a Goclénio. Aí o autor envia um livro, com o pedido de que o mestre o leia e corrija. Ora, pelo simples facto de ser publicada, a carta perde a eficácia pretendida, e apenas lhe resta funcionar como testemunho da admiração que o emissor nutre pelo receptor. Pode até concluir-se que foi este sentimento de admiração, e não o querer ser corrigido, que determinou a carta prefatória. Neste caso, contudo, é possível que as cartas tenham sido publicadas pelo amigo sem conhecimento prévio do autor. Mais difícil de explicar é o teor da carta prefacial dirigida a Paulo António, a enviar-lhe o *De uerborum coniugatione Commentarius*, pois surgiu numa edição do próprio Resende e foi por ele deliberadamente publicada. Na verdade, que sentido dar a uma carta que, sendo publicada, continua a dizer: *Id omne ad te mitto, eum lege, ut siquid tu melius animaduerteris, aut tuo arbitrio corrigas, aut nobiscum communices, ut emendatius postea in publicum edatur*, isto é: “Envio-te tudo, lê-o, para que, se

Lovina (que inclui o do amigo Goclénio) como fruto de deambulações solitárias ao longo das muralhas da cidade. No segundo, pede-lhe que faça como Aristarco perante Homero, lhe corrija o elogio de Erasmo e, se o achar com dignidade bastante, que o envie ao humanista de Roterdão. A meio caminho entre cartas de apresentação e cartas dedicatórias, tanto uma como outra versam o inevitável motivo da excelência do dedicatário. Todavia – e à parte um leve tom intimista e um certo academismo da linguagem, próprio de um jovem com a cabeça recheada de leituras dos autores clássicos –, estas cartas pouco mais interesse despertam. Como será fácil perceber, elas têm sido sobretudo estudadas por quantos se interessam pelo erasmismo de André de Resende, apesar de o louvor de Erasmo não residir nas cartas prefaciais, mas sim nos poemas por elas prefaciados.

d) a verdadeira pietas

O século XVI trouxe de novo à discussão o problema – que também preocupou Resende – da essência da verdadeira *pietas*, e dividiu-se entre os que, como Erasmo, defendiam que ela deveria assentar numa intensa fé interior e na imitação das lições de vida dos melhores (os santos), e os outros, ortodoxos, que postulavam a importância e a necessidade do culto dos santos para se alcançar a verdadeira religiosidade. Várias vezes afluído por Resende, este tema é retomado, bem a propósito, na carta de apresentação do relato da transladação das relíquias de Resposta e de uma companheira – duas das onze mil Virgens – que D. Pedro de Mascarenhas se esforçava por trazer para Portugal.⁴² A ocasião era, na verdade, oportuna, pois seria necessário (e difícil) a Resende provar a autenticidade das relíquias e fazer a história da sua odisseia. Daí que a opinião do humanista então expressa vá no sentido de que a *pietas* não deve assentar em aspectos materiais relativos à biografia física do santo (como sejam o conhecimento da sua terra natal, da sua origem, da sua linhagem, das terras que palmilhou), antes deve procurar – para imitá-la – a verdadeira nobreza do santo, a essência da sua espiritualidade, que, no

tiveres alguma ideia melhor, ou o corrijas à tua vontade ou mo comuniques, para que possa depois vir a público numa versão mais correcta”?

⁴² *Translatio Sacrarum Virginum et Martyrum Christi, Responsae et Sociae eius*. Impressum Venetiis Per Bernardinum de Vitalibus. Venetum MDXXXII Mense Nouembri. Veja-se, texto, tradução (em inglês) e comentário em JOHN MARTYN, “André de Resende and the 11,000 Holy Virgins”, *Humanitas* 39-40 (1987-1988) 197-209. Também o *Vincentius Leuita et Martyr*, composto por esta época, foi elaborado sob a égide da *pietas* do poeta, que fez daquele herói cristão um modelo superior a qualquer herói pagão (ainda que divino). Sobre a inegável *pietas* do poeta, mas ainda a respeito da profunda intenção humanista do poema, veja-se, entre outros, o artigo de Odette Sauvage, “Resende, plus humaniste que chrétien?”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, VIII (1974), 115-129.

caso destas onze mil Virgens, reside no facto de se terem consagrado a Cristo através do martírio. Está aqui bem presente, como é notório, o erasmismo de Resende, pois Erasmo advogava o primado da santidade interior e discordava de quantos se prendiam ou deixavam enlear nos aspectos exteriores da devoção. Em todo o caso, será talvez de notar que, na circunstância presente, Resende – como ele mesmo confessa, de resto – não tinha a mínima possibilidade de comprovar a autenticidade das relíquias em questão. Daí, talvez, a necessidade por ele sentida de insistir nos aspectos menos materiais do culto a Responsa. Convém não esquecer que o humanista não deixará de compor, mais tarde, textos hagiográficos, vidas de santos, que, em certos aspectos, revelam uma visão bem estreita da religiosidade. Sinal dos tempos que se viverão em Portugal, diferentes dos que Resende vivera no estrangeiro e na sua juventude?⁴³

e) a guerra contra o Islão

Um outro problema – a guerra contra o Islão – agitou o séc. XVI e provocou no nosso humanista a expressão empenhada das suas convicções, levando-o a defender a justeza de tal guerra e a considerá-la mesmo um dever de *pietas* religiosa. Esta posição, que percorrerá toda a sua obra, ocorre já na referida carta dedicatória a Goclénio que integra a tradução da carta de D. Nuno da Cunha. Aí, depois de concluída a *narratio*, Resende acrescenta uma espécie de posfácio, ou antes, conclui a carta que tinha iniciado antes de passar à *narratio*, e, entre outros temas (como o da qualidade do latim, a que mais adiante faremos referência), decide dar conta de novas vitórias portuguesas no Oriente, ao mesmo tempo que lamenta vivamente as desavenças entre os Príncipes cristãos da Europa, dada a sua incapacidade de se unirem como deviam na cruzada contra o Turco – que estivera às portas de Viena e continuava a constituir uma ameaça ao “velho” continente. Eis o que diz Resende:

Caeterum orationem ubi haec subiecero, cludam. Quum haec iam, ut petiueras, scripta ad te deferre meditarer, commodum litteris Martini Ferrariae mei, adulescentis bene eruditi, mireque candidi, quuius patruus in Belgica Lusitanae praeest negotiationi, sum factus certior, delatas ab Alexandriae litteras ad ipsum negotiationis praefectum, quibus nunciatur Lusitanos absolute rerum in India potiri, CC. nauibus mare ultra citroque peruadere, Turcae copias male ibi multatas, illiusque tyrannidem tota India

⁴³ Sobre esta questão, sempre controversa, veja-se R. M. ROSADO FERNANDES, “André de Resende e o Humanismo Português”, in *O Humanismo Português (1500-1600)*, Lisboa, Publicações da Academia das Ciências de Lisboa, 1988, pp. 593-616.

*depulsam, ideoque suspicari Diu a nostris expugnatam, certo tamen nescire.*⁴⁴

“Mas irei terminar a carta acrescentando apenas isto. Estando já prestes a enviar-te esta versão, como pediras, por carta de um amigo meu, Martinho Ferreira, um rapaz muito culto e de admirável lucidez, cujo tio paterno é, na Bélgica, o Encarregado dos Negócios de Portugal, recebi a informação de que tinha sido trazida uma carta de Alexandria para aquele Encarregado de Negócios, em que era dada a notícia de que os portugueses controlavam inteiramente todos os acontecimentos na Índia e que, com duzentos navios, cruzavam os mares em todas as direcções; que as forças turcas, para sua desgraça, ali tinham sido flageladas e que, de toda a Índia, o seu domínio tinha sido erradicado. E que, por isso, suspeitava que Diu teria sido conquistada pelas nossas tropas; uma certeza absoluta, no entanto, que a não tinha.”

A seguir, Resende deixa correr no papel da carta o rumor que propalava que Diu caíra nas mãos dos Portugueses e que Solimão fazia preparativos para, com o auxílio dos Panónios (Húngaros), se vingar desse e de outros ataques que tinham sofrido da nossa parte no Oriente. E comenta:

Id si uerum est, nescio me hercules, quoniam [quando?] opportunius Christiani principes, si religioni deesse nolint, ecclesiae ruinas uindicarent. Nam hostem pluribus locis impetitur, nemini dubium est infirmiore multo, quam fuerit hucusque futurum. Atque utinam Europa tumultibus his, et intestinis dissidiis in melius compositis, tantillum ad se colligendam respiraret, spes erat rempublicam ex conlapsa restitutum iri, eaque uulnera curari posse, quae nup(er) adcepta maiori cum dolore recordamur. Nam spem recuperandi Graecorum, ne iam Asiae, Libyaeque dicam imperium, regum aliorum in alios inuidia, et rerum inter se publicarum discordiae mihi omnino ademerunt.

“Se isso é verdade, não sei, por Hércules, que tempo haveria de mais oportuno do que este para que os príncipes cristãos, se não quiserem faltar aos deveres de religião, vingassem a destruição da Igreja. Pois a ninguém restam dúvidas de que, atacando o inimigo em várias frentes, ele se tornará muito mais frágil do que até agora. E oxalá a Europa, resolvidos a contento estes tumultos e os dissídios intestinos, respirasse um pouco até ser capaz de se reunir; havia esperança de se restaurar a república decaída e de sarar as feridas que, sendo recentes, com maior dor recordamos. Na verdade, a esperança de recuperar o império dos Gregos, para já não falar da Ásia e da Líbia, retirou-ma a inveja de uns reis para com outros, e a discórdia dos dois estados entre si.”

E conclui, de imediato:

*Sed haec ad musarum candidatos nihil.Vale!*⁴⁵

Mas isto não tem qualquer interesse para os pretendentes da Musas. Adeus!

Veja-se como, em 1531, no seu período de maior ardor erasmista, Resende se afastava do espírito de tolerância religiosa do humanista de Roterdão, que sempre rejeitou o conceito de guerra justa aplicado à perseguição bélica movida pelos Cristãos contra os Turcos. Assim, nessa altura, Resende advogava já a necessidade de todos os europeus se coligarem para enfrentar e derrotar de vez os Turcos e Solimão. O espírito de cruzada

⁴⁴ ANDRÉ DE RESENDE, *Epitome rerum gestarum in India anno DXXX*, op. cit., p. 119 (texto latino); tradução de ANTÓNIO JORGE DA SILVA, op. cit., p. 120.

⁴⁵ ANDRÉ DE RESENDE, *Epitome rerum gestarum In India anno DXXX*, edição de A. JORGE SILVA, p. 119.

existe já naquela fase da sua juventude e não pode ser remetido para o final da sua vida, como mais um sinal do seu distanciamento em relação ao pensamento do grande Erasmo. O erasmismo de Resende era uma realidade incontestável, mas nesta questão da cruzada contra o Islão o humanista não estava de acordo com o Mestre.⁴⁶

f) a elegância do latim

Em dado momento da epístola prefacial acima referida Resende desculpa-se da qualidade estilística e elegância do texto apresentado, afirmando que não lhe foi possível dar melhor ordem a um texto (o original português da carta de D. Nuno de Cunha) que pouca organização tinha. Deixava assim entrever, neste passo, as suas preocupações de humanista filólogo – que, se não é fanaticamente ciceroniano, nunca põe de lado a questão estilística (na dupla vertente da *dispositio* e da *elocutio*). Diz Resende:

*Habes Conrade Gocleni summam rei totius, si minus latine aut ordinate, tuum erit boni consulere quando et exemplum ipsae epistolae minus adhuc ordinem seruabat. Et in re mihi male composita [compta?], seriem narrationis maiori ordine texere non potui.*⁴⁷

Aqui tens, Conrado Goclénio, um resumo de toda a matéria; se não é grande a qualidade do latim e a ordenação dos assuntos, competir-te-á ser indulgente, tanto mais que a própria epístola que serviu de modelo ainda tinha menos organização. E numa matéria que, em meu entender, estava mal apresentada, não tive possibilidade de tornar mais ordenada a estrutura da narração.

Encontrar preocupações como esta numa obra de pendor histórico poderá surpreender os tempos modernos, mas não causava estranheza aos antigos, tanto mais que, segundo a retórica clássica, o texto histórico é um *opus oratorium maxime*. Já o mesmo se não dirá quando o texto de que se fala é da esfera do religioso ou litúrgico, como sucede em duas cartas-prefácio particularmente ilustrativas deste ponto de vista, a que apresenta ao leitor o texto reformulado do *Breuiarium Eborense*, de 1548, e a do *Officium* da Rainha Santa, escrita em 1551.

Tal como proclamara altivamente na *Oratio* de 1534, ao defender que a *pietas* arrefece quando o texto que deve alimentá-la está eivado de barbarismos, assim também na carta *Ad Lectores*⁴⁸ – que se destina a apresentar o *Breuiarium Eborense*, editado em

⁴⁶ Para um comentário a este texto, veja-se, além do já referido estudo de António Jorge da Silva, o artigo de J. V. DE PINA MARTINS intitulado “Aspectos do Erasmismo de André de Resende”, *Euphrosyne*, N. S. vol. III (1969), 87-163, *maxime* pp. 140-144.

⁴⁷ ANDRÉ DE RESENDE, *Epitome reum gestarum In India anno DXXX*, edição de A. JORGE SILVA, p. 119.

⁴⁸ Em boa verdade, esta “carta” aos Leitores (equivalente a um “aviso”) não está assinada, mas não há dúvida de que é da autoria de André de Resende, responsável, com outros, desta nova edição do Breviário. A leitura atenta dessa “carta” introdutória, além de denunciar claramente o estilo resendiano, esclarece quanto à metodologia seguida pelo humanista na sua qualidade de (principal) compilador do trabalho para a nova redacção do Breviário. A acrescer a isto, várias afirmações de Resende na *Carta a Bartolomeu de Quevedo* são claras quanto à colaboração do humanista eborense na reelaboração do Breviário. Veja-se, sobre esta

Lisboa, no ano de 1548, na tipografia de Luís Rodrigues – é bem visível essa preocupação. Eis parte das suas palavras:

*Accipite Christi Iesu sacerdotes, ac sacerdotij candidati omnes, diuinorum officiorum iuxta ritum sanctae Eborensis ecclesiae breuiarium, longe aliud factum, siue styli nitorem, quantum ecclesiastica patitur consuetudo, siue ordinem seriemque cum facilitate maxima operis totius, siue officiorum ipsorum grauitatem spectetis. [...] Officia nonnulla, propter sermonis barbariem, uel reiectae sunt, uel ut multo inoffensius legi possent, curatum. Quin ubi res postulabat, noua etiam edita. Denique effectum, ut neque deliciae aures laedat sermo incultior, neque tardiora ingenia remoretur elaboratior stylus, et arrectata, ubi minime opus erat, eloquentia.*⁴⁹

“Recebei, sacerdotes de Jesus Cristo e candidatos ao sacerdócio, todos vós, o Breviário dos ofícios divinos de acordo com o ritual da Santa Igreja de Évora, completamente diferente do anterior, quer atenteis no brilho do estilo – quanto o padece a tradição eclesiástica –, quer na organização e no encadeamento, muito fácil, de toda a obra, quer na dignidade dos próprios ofícios. [...] Alguns ofícios, dada a barbárie da sua linguagem, ora foram deixados de lado, ora teve-se o cuidado de que pudessem ser lidos sem grande atentado ao bom gosto. Enfim, fez-se tudo para que nem uma linguagem um tanto inculta fira os ouvidos mais delicados, nem um estilo bastante elaborado e arduamente eloquente – onde menos seria preciso – atrapalhe os espíritos mais lentos.”

Quem mais poderia ou ousaria pronunciar-se nestes termos, a respeito do Breviário da Igreja Eborense, a não ser um sacerdote de créditos firmados e humanista como André de Resende?

O mesmo seja dito relativamente à carta nuncupatória à Rainha D. Catarina, datada de 1 de Outubro de 1551, na qual André de Resende justifica o Ofício que compôs sobre o culto da Rainha Santa e que agora vem a público⁵⁰, afirmando muito claramente que o ofício anterior era detestável pela barbárie do seu texto e que, por isso, decidiu reescrevê-lo. Atentemos nas suas palavras iniciais:

*Conimbricae quum essem hoc anno, Regina Augustissima, et commodum adesset sollemnis dies, quo anniuersarijs sacris colitur beatissima regina Elizabet, atque ego religionis et orandi causa sepulcrum eius adijssem, et gestorum illius mihi esset liber ostensus, simulque sollemnis ea die precandi ritus, quem receptus ecclesiarum usus officium adpellat, quorum quum alter supra quam dici queat, ad pietatem me incitasset, quippe legendis rebus pulcherrimis, et uirtutis diuinae plenissimis: altero ita sum offensus, ut male me de ipsa diua meriturum existimauerim, nisi, nouo composito officio, alijs similem offensionis causam ademisssem.*⁵¹

questão, B. DE GAIFFIER, “Le Bréviaire d’Évora de 1548 et l’hagiographie ibérique”, *Analecta Bollandiana* 60 (1942) 131-137, pp. 131-134.

⁴⁹ *Breuiarium Eborense*. Olisipone, apud Ludouicum Rotorigium bibliopolam, typographum regium. 1548. fol. Aij.

⁵⁰ A carta em apreço figura no opúsculo resendiano intitulado *Sanctae Elizabet Portugalliae quondam Reginae officium*. Vem publicada no verso da folha de rosto do referido opúsculo, que foi editado em Coimbra no mesmo ano de 1551. O exemplar consultado, de fólhos inumerados, encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa e tem a cota INC. 1491³. Sobre esta edição, veja-se a nota 179 de BRAANCAMP FREIRE às *Notícias da vida de André de Resende*, de LEITÃO FERREIRA, in *Arquivo Histórico Português*, vol. IX, p. 202.

⁵¹ *Ibidem*, fol. 1v (fólhos inumerados).

“Estando eu em Coimbra no presente ano, mui augusta rainha, e acontecendo o dia solene da celebração aniversária da bem-aventurada rainha Isabel, dirigi-me ao seu sepulcro, por motivos religiosos e para fazer a minha oração; foi-me então mostrado o livro das suas obras e, ao mesmo tempo, o rito solene das orações daquele dia, a que a tradição eclesiástica dá o nome de “ofício”. O primeiro incitou-me de tal modo à devoção que não é possível exprimi-lo por palavras; na verdade, continha narrativas encantadoras e cheias de virtude divina; quanto ao segundo, fiquei tão chocado, que considerei que eu mesmo seria de muito pouco merecimento junto da própria Santa se, compondo um novo ofício, não poupasse aos outros semelhante ocasião de choque.”

E não deixará de ser curioso saber que os censores deste opúsculo (os doutores Martinho de Ledesma, Paio e Marcos Romeiro) apreciaram este trabalho de Resende e o elogiaram, porquanto, em seu entender, tinha a virtude de agradar simultaneamente aos cultos e ao povo sem instrução. Eis o que escreveu um dos censores, o Doctor Pelagius (Paio Vilarinho):

*Continent enim sanctissimae reginae historiam iuxta fidem ueteris codicis, adeo eleganti, et ecclesiastico ritui accommodato stylo, ut et doctas aures demulceat, et pia corda deuotione excitet atque inflammet.*⁵²

Contém a vida da Santíssima rainha, elaborada de acordo com o velho códice e num estilo tão elegante e adequado ao rito eclesiástico, que não só afagará os ouvidos dos cultos, como incitará e inflamará em devoção os corações da gente pia.

É possível que esta posição valorativa do censor tenha sido influenciada pelas próprias palavras da carta de Resende, mas nem por isso deixa de ser significativa do seu apreço por um texto litúrgico que congregaria o apreço conjunto de cultos e devotos. Assim o exigia o nosso humanismo quinhentista. E assim o exigia particularmente o nosso Resende, que abominava a barbárie, fosse num texto histórico, fosse num relato hagiográfico, fosse num *officium* divino. Neste domínio, era bem mais exigente do que Erasmo, como tem sido afirmado.⁵³

4. Em jeito de conclusão

É altura de concluir esta releitura de algumas cartas-prefácio e cartas dedicatórias de André de Resende.

Apontámos e comentámos os temas que nos pareceram mais relevantes.⁵⁴ No essencial, não se afastam do que mais ou menos desenvolvidamente o autor foi tratando

⁵² *Ibidem*, penúltima página (páginas inumeradas).

⁵³ Refira-se, a título exemplificativo, o *Sancti Gundisalui Officium* e o *Aegidius Scallabitanus*, elaborados ambos com uma evidente e constante preocupação quanto ao *nitor semonis*. Sobre este assunto, veja-se o que se diz no comentário a André de Resende, *Aegidius Scallabitanus*, *op. cit.*, pp. 173-176.

⁵⁴ De teor e temática diferentes é a carta dedicatória de André de Resende ao Cardeal Infante D. Henrique, datada de 1558, a comentar e recomendar o *Comentário ao Levítico*, da autoria de Jerónimo de Azambuja. Além de dar a conhecer a obra de um amigo, Resende recomenda-a por meio de um rasgadíssimo elogio ao

ao longo da sua vasta produção, pelo que esta coincidência de temas tem a vantagem de confirmar as principais e constantes preocupações da obra resendiana.

Todavia, e se em boa verdade o exercício nada trouxe de inteiramente novo, permitiu-nos pelo menos chamar a atenção para uma fatia da obra do humanista um tanto esquecida ou negligenciada, talvez por se encontrar dispersa, ou então em resultado de ser o que realmente é, um paratexto – se aceitarmos o que Garrett afirmou um dia (mas a sua prática desmentia-o), isto é, que “prólogos, prefácios, avisos a leitores, etc., nada fazem, nada fizeram, nem farão nunca ao conceito, que da obra se forma”⁵⁵.

Seja como for, o exercício permitiu-nos ainda recordar, nos quinhentos anos do seu nascimento, uma figura eminente de intelectual multifacetado e uma das mais importantes do nosso humanismo de Quinhentos, o ex-dominicano eborense que viajou pelo mundo culto da Europa, se correspondeu com grandes vultos do seu tempo e em Coimbra, Lisboa e Évora teve os seus (amados, mas talvez pequenos) espaços de glória.

trabalho do dominicano seu amigo. Apresentando-o como o produto de um exegeta de altíssima craveira, considera esse trabalho da maior utilidade para todos quantos, como ele, têm um conhecimento pouco aprofundado da língua hebraica e desejam sondar fundo o pensamento dos textos sagrados. E a corroborar o seu juízo, dá um testemunho pessoal do que se passou consigo mesmo, afirmando que só após a leitura do referido comentário azambujano ao Levítico foi capaz de compreender o fascículo 30.

⁵⁵ Afirmação feita na “Advertência” que precede o *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa*; citado de HELENA CARVALHÃO BUESCU, “Legitimação do Retrato de Artista: Formas de poética explícita no prefácio garrettiano”, *Colóquio / Letras* n.º 153/154, Julho – Dezembro 1999, p. 10.

AVULSOS

1. Retórica ad Herennium

Rhet. Her. I.1.: Etsi negotiis familiaribus impediti uix satis otium studio suppeditare possumus, et id ipsum quod datur otii libentius in philosophia consumere consueuimus, tamen tua nos, Gai Herenni, uoluntas commouit ut de ratione dicendi conscriberemus, ne aut tua causa noluisse aut fugisse nos laborem putares.
Tradução: “Embora mal tenha tempo disponível – ocupado com estou em assuntos familiares – para dedicar ao estudo, e o tempo de lazer que me é dado, pouco que seja, o costume gastar preferentemente com a filosofia, mesmo assim, Gaio Herênio, o teu desejo levou-me a escrever sobre a arte de dizer (a oratória), para não pensares que não o queria fazer por tua causa ou que fugi ao trabalho.” Sobre a semelhança entre este prefácio e o prefácio ao Livro I do *De Oratore*, dedicado ao irmão, bem como o do *Orator*, acima transcrito parcialmente, veja-se TORE JANSON, *op. cit.*, p. 38-45.

2. Carta ao Cardeal D. Henrique, datada de Lisboa, 15 de Julho de 1557, a “prefaciá” os *Commentaria in Leuiticum*, que são parte da obra de Jerónimo de Azambuja intitulada *Commentaria in Pentateuchum*.⁵⁶

Nas palavras de A. Augusto Tavares, “Fr. Jerónimo de Azambuja é um dos mais notáveis exegetas bíblicos portugueses do séc. XVI, digamos mesmo um dos grandes exegetas católicos europeus do seu tempo”.⁵⁷

Na opinião deste estudioso, os “Cânones” e os “Hebraísmos” – dois textos que Fr. Jerónimo de Azambuja antepôs, como orientadores metodológicos e heurísticos, ao seus *Commentaria un Pentateuchum* – revelam um grande conhecimento do hebraico e das regras (os referidos “Cânones”, em número de 16) em que devem assentar os estudos (tradução e exegese) sobre a matéria. Ora André de Resende não deixou de tecer grandes e sinceros elogios quanto à qualidade do trabalho de Azambuja na carta prefacial que

⁵⁶ De acordo com Anselmo, esta obra teve várias edições, quer parcelares, quer integrais. Para as portuguesas do séc. XVI, veja-se António J. Anselmo, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa, Oficinas gráficas da Biblioteca Nacional, 1926, p. 38 e 88-89 (informação relativa à entrada n.º 321). Note-se que poucos dias antes Resende editara, na mesma casa tipográfica, a sua *In obitum D. Ioannis III. Lusitaniae Regis Conquestio*, poema à morte de D. João III, que ocorrera em 11 do mencionado mês. A edição consultada foi a seguinte: *COMMENTARIA IN PENTATEUCHUM MOSI, HOC EST, IN QUINQUE PRIMOS BIBLIORUM LIBROS*. Quibus iuxta M. Sanctis Pagnini Lucensis, ordinis Praedicatorum, interpretationem, Hebraica ueritas cum ad genuinum Literae sensum, tum ad mores informandos, ad unguem enucleatur. A R. P. FRATRE HIERONYMO AB OLEASTRO, eiusdem Praedicatorij ordinis Sacrae Theologiae Professor, et haereticae prauitatis in urbe celebri Olysiptone Inquisitore, in lucem edita. [...] secunda operis editio, [...] mandato illustr. et R. D. D. Gasparis A Quiroga Cardinal. Archiep. Tolet. Ac in regnis Hispan. Generalis Inquisitoris. LVGDVNI, Apud Petrum Landry, 1558, p. 332 (na edição, erradamente, 333). Esta carta não tem sido alvo de especial atenção. Em todo o caso, ela revela-se de grande interesse, sobretudo pelas breves notas autobiográficas que contém. Numa delas Resende fala de si e de Azambuja como tendo sido colegas de vida conventual. A. A. Martins Marques chamou a atenção para essa epístola prefaciadora, em “Frei Jerónimo de Azambuja e a sua actividade inquisitorial”, *Lusitania Sacra*, VII (1964-1966), 193-216, p. 194, embora não tenha conseguido determinar em que ano(s) isso possa ter acontecido.

⁵⁷ A. Augusto Tavares, “Dinâmica de tradução bíblica de Jerónimo de Azambuja, através dos *Cânones e Hebraísmos*”, *Brotéria* 127 (1988) 192-208, p. 193.

antepôs à edição do Levítico. Que terá levado Resende a escrever este prefácio para Jerónimo de Azambuja? Conheciam-se, não restam dúvidas, e já de longa data. Mas não é possível – ainda não foi – determinar com exactidão o momento em que ambos conviveram. Num convento dominicano, sem dúvida, mas onde? E em que tempo?

Note-se ainda, por tudo quanto foi dito, que a carta-prefácio do humanista eborense raramente resvala para confissões de teor intimista, por mais leves que sejam. A postura de Resende é fundamentalmente a de quem sabe que, ao publicar a carta, se expõe ao julgamento público. Por isso pouco conhecemos dos seus sentimentos, e é raro escutar uma confissão como a que faz ao escrever: *Capior namque solitudine* (“sou dado à solidão”, “atrai-me a solidão”). Afirmou-o em carta a Goclénio quando, em 1529, jovem ainda, estando em Lovaina, se isolava e palmilhava as muralhas da cidade, talvez em busca da inspiração, talvez olhando ao longe o horizonte, entregue à saudade.⁵⁸

⁵⁸ Mas se é certo que vislumbramos mal os estados de alma do humanista, a verdade é que conhecemos um pouco melhor a sua veia humorística ou satírica. Numa outra carta a Goclénio já referida – aquela que justifica a necessidade de “traduzir” a carta histórica de D. Nuno da Cunha –, deparamos com meias palavras de censura a quem exagera na exaltação dos feitos históricos. Note-se o sabor enigmático das seguintes palavras: *Nosti, tametsi dissimulo, quos nam intellegam. “Sabes a que pessoas me refiro, embora esteja a dissimular”*. E também deparamos com a ironia de quem descreve a “entourage” do rei. Diz Resende: *Regum nosti delicias, et aulicorum ambitionem. Circumstant, digito ostendunt, tum demum beati, quum interrogantur, et respondent. “Tu conheces os favoritos do rei e a ambição dos homens da corte. Estão ali à volta, apontam com o dedo, felizes, por fim, quando interrogados e respondem.”* (tradução de ANTÓNIO JORGE SILVA, *op. cit.*, p. 74). Quem conhece outras obras do humanista sabe como era dado a estes impulsos repentinos da sua veia satírica. Cícero e Erasmo, mestres de Resende no pensamento e na sua expressão, não deixarão de ter sido seus mestres também nesta área do humor.

APÊNDICE

Principais cartas-prefácio de Resende

1. Carta de Resende a Conrado Goclénio, a dedicar-lhe (?) ou a apresentar o *Encomium urbis et academiae Louaniensis*. Setembro de 1529.⁵⁹

ANG. ANDREAS RESEN-
dius, Conrado Goclenio, uiro un-
diquaq; doctiss. S.

Ad populum phaleras, tu dictionis compagem et neruos, intus et in cute nouisti. Libellum igitur, si malus est, non laudo, mitto tamen ad te scholae nostrae trium linguarum princeps et ornamentum, quem hisce diebus octo lectionum intercapedine quasi composui. Nam quum nil agere non possem, quo animo sum moenia Louanij semel atque iterum circumeunti (capior namque solitudine) haec carmina qualiacumque sunt ceciderunt, encomium urbis uestrae. Quaeris quid uelim ? ut, si uacat, ad haec minutula descendas, et euellas, destruas, disperdas, et dissipas, aedifices, et plantes, ut dictum est illi. Si carmina probabis, hoc ipso efficient ut a te citra fastidium legantur. Sin minus quoniam encomii nostri tu quoque bona pars es, iure meo fecero, si hoc a te exigam, ut uel cum fastidio legas. Si nec id donare uis, at certe iuuenibus tuis qui digitis calleant et aure, syllabam si qua fefellit, quin pungere liceat, negare non debes, et lituris castigatum remittere libellum, ut posthac acerba et inculca carmina discant domi contineri, et donec pluteum caedant non excedere, Vale. Louanij. XVII. Calend. Octob. M. D. XXIX.

⁵⁹ Esta carta, a encabeçar o opúsculo ANG. ANDREAE RESENDII LVSIItani, *Encomium urbis & academiae Louaniensis*, foi publicada na obra: IOANNIS DANTISCI REGIS POLO- / niae Oratoris ad Clem. VII. Pont. Max. & Carolum. V. Imp. Aug. De nostrorum temporum calamitatibus SYLVA, Bononiae aedita. IX. Decemb. MD.XXIX. No cólofon: IOAN. GRAPHEVS Excudebat Antuerpiae, Anno assertionis humanae M. D. XXX. Conrado Goclénio (1489-1539) foi <o primeiro> professor de latim no colégio trilingue de Lovaina, desde 1519, contribuindo inequivocamente para a reputação científica deste Instituto. Eram também aí professores Rutger Rescius, impressor e professor de grego, João Campense, professor de hebraico, e Nicolau Clenardo, professor de grego e de hebraico. De acordo com Antoine de Smet ("La correspondance de Joannes Dantiscus", in *Acta Conuentus Neo-Latini Amstelodamensis*. Edited by P. Tuynman, G. C. Kuiper and E. Kessler. München, Wilhelm Fink Verlag, 1979, p. 323), Goclenius foi, graças à sua simpatia e gentileza, um "Monsieur Bons Offices" no domínio científico, durante os anos de 1530. Sobre esta carta e o poema laudatório de Lovaina (e indirectamente de Erasmo), veja-se Odette Sauvage, *L'itinéraire érasmien d'André de Resende (1500-1573)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971, p. 19-35.

2. Carta de Resende a Conrado Goclénio a apresentar o *Erasmi Encomium*. Lovaina, Idos de Fevereiro de 1531. Pede-lhe que faça de Aristarco perante Homero e lhe corrija e emende o poema e, se o julgar digno, que o envie ao humanista.⁶⁰

<TEXTO>

3. Carta a Conrado Goclénio, enviando-lhe a seu pedido, prefaciando e posfaciando a tradução da carta de D. Nuno da Cunha ao rei D. Manuel, intitulada *Epitome Rerum Gestarum in India a Lusitanis*.⁶¹ Junho de 1531.

RESENDIVS LVSITANVS
Conrado Goclenio uiro praestantiss. S.

Petis Conrade Gocleni, ut exemplum epistolae missae ad Regem Lusitaniae de iis, quae nunc recens ad rubrum mare gesta sunt, latinum faciam. Petis tu quidem, sed is petis, qui mihi et iubere et imperare potes. Equidem latinum faciam, grauate tamen, facturus minime, nisi tu, cui multum debeo, iuberis. Nam ut sileam de humilioribus Lusitanorum uictoriis in India, hanc fuisse unam, nec prae ceteris dignam esse quae omnium prima uulgo ederetur, duabus aliis rationibus merito ab hoc faciendum abstinerem. Primo, quod nostrae gentis ingenium adeo praepostere uerecundum sit in commendandis rebus a se bene gestis, ut pudeat referre, aut si referant, bona pars inde / decidatur ab hominibus conscientia benefactorum domi suae contentis, ne etiam ea foris praedicent. Deinde, quod epistola haec non tam fuit narratio rerum gestarum, quam epitome. Multo illi melius, qui si quid prospere egerunt, uerbis commendare, et adaugere curant, et scriptis editis orbem conscium, posteritatemque facere rerum suarum. Quod non laudare non possum. Consulitur enim historiae, nisi modestiam excederet, et supra quam

⁶⁰ O *Erasmi Encomium* foi publicado e traduzido por Walter de Sousa Medeiros e José Pereira de Costa, em Lisboa, em 1961. Para um comentário a esta obra resendiana, veja-se Artur Moreira de Sá, *De Re Erasmi* (*Aspectos do Erasmismo na cultura portuguesa do século XVI*), Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia, 1977, p. 176-180, e Odette Sauvage, *op. cit.*, p. 37-71. Como se sabe, o poema agradou a Erasmo, que de imediato o publicou, o que muito desagradou a Resende, como se conclui de um passo de uma carta de Erasmo a Goclénio, de 3 de maio de 1532 (editada em *Opus Epistolarum*, ed. P. S. Allen, Oxford, 1956-1958, vol. IX, p. 276-277, Ep. 2500).

⁶¹ *Epitome Rerum Gestarum in India a Lusitanis, anno superiori, iuxta exemplum epistolae, quam Nonius Cugna, dux indiae max. designatus, ad regem misit, ex urbe Cananoruo, III. Idus Octobris. Anno. M. D. XXX. Auctore Angelo Andrea Resendio Lusitano*. Louanii apud Seruatium Zassenum, Anno M.D.XXXI. Mense Iulio. Ad signum Regni coelorum. Sobre esta tradução / paráfrase da carta de D. Nuno da Cunha a D. Manuel, da autoria de Resende, veja-se António Jorge da Silva, *Epitome rerum gestarum in India a Lusitanis – de André de Resende. Uma intervenção na Europa*. Texto traduzido, comentado e anotado por... Coimbra, 1991. Agradeço ao seu autor a gentileza de me ter facultado o texto e tradução desta carta.

res habeat nimia adfectione cresceret commendatio. Nosti, tametsi dissimulo, quos nam intellegam. Cogor autem in hac epitome historicum potius agere, quam alienae interpretem epistolae, ut interim topographiae ratio haberetur. Magna enim (eius? AJS) uoluptatis pars adcesserit, si, quo res gesta sit, ob oculos quasi ponatur. Nam qui epistolam misit, historiam non condebat, atque ob id, de hoc minimum sollicitus fuit, quum scriberet ad regem locorum peritum, quod tametsi non esset, habet tamen qui terrae situm non ex libris modo, uerum etiam experientia quotidiana didicerunt. Regum nosti delicias, et aulicorum ambitionem. Circumstant, digito ostendunt, tum demum beati, cum interrogantur, et respondent. Scribam igitur bona fide, quod exemplo ipsius epistolae Nonii Cugnae ducis Indici compertum habeo.

Segue-se, sem transição, a “Narratio”, finda a qual, igualmente sem transição, André de Resende se dirige de novo a Goclénio, dizendo:

Habes Conrade Gocleni summam rei totius, si minus latine aut ordinate, tuum erit boni consulere quando et exemplum ipsae epistolae minus adhuc ordinem seruabat. Et in re mihi male compta (composita AJS), seriem narrationis maiori ordine texere non potui. Caeterum orationem ubi haec /
subiecero, cludam. Quum haec iam, ut petiueras, scripta ad te deferre meditarer, commodum litteris Martini Ferrariae mei, adolescentis bene eruditi, mireque candidi, quuius patruus in Belgica Lusitanae praeest negotiationi, sum factus certior, delatas ab Alexandria litteras ad ipsum negotiationis praefectum, quibus nunciatur Lusitanos absolute rerum in India potiri, CC. nauibus mare ultro citroque peruadere, Turcae copias male ibi multatas, illiusque tyrannidem tota India depulsam, ideoque suspicari Diu a nostris expugnatam, certo tamen nescire. Lusitanum nomem Turcis esse capitaliter odiosum. Ipsorum tyrannum, q. (? cuius? qui? qui AJS) rumor heic etiam creber est, ad hasce uindicandas iniurias, sibi a nostris hominibus inlatas, festinare, atque adeo cum Pannoniis, ob id pactas inducias. Id si uerum est, nescio me hercules, qn (quin? quoniam AJS) opportunius Christiani principes, si religioni deesse nolint, ecclesiae ruinas uindicarent. Nam hostem pluribus locis impetum, nemini dubium est infirmiore multo, q (? quam AJS) fuerit hucusque futurum. Atque utinam Europa tumultibus his, et intestinis dessidiis in melius compositis, tantillum ad se colligendam respiraret, spes erat rempublicam ex conlapsa restitutum iri, eaque uulnera curari posse, quae nup(er) adcepta maiori cum dolore recordamur. Nam spem recuperandi Graecorum, ne iam Asiae, Libyaeque dicam imperium, regum aliorum in alios inuidia, et rerum inter se publicarum

discordiae mihi omnino ademerunt. Sed haec ad musarum candidatos nihil. Vale, Louanii XI. cal. Iul. M. D. XXXI.

4. Carta ao leitor a respeito da *Translatio Sacrarum Virginum* (Veneza, 1532)

Carta ao leitor sobre a transferência das mártires Respona e companheiras.⁶² Em rigor, de carta apenas tem a saudação inicial. Quanto ao mais, é uma *narratio* (exposição sobre a transferência das mártires Respona e companheiras), precedida de uma espécie de *praefatio* e seguida (e completada) de uma como que *peroratio* que, de forma não muito directa, vem estabelecer que o melhor título de glória para um(a) mártir é ter sofrido por Cristo. Deste modo Resende resolvia o problema de falar de santos mártires cuja vida ninguém conhecia ao certo e em pormenor.

Lectori pio L. Resendus Lusitanus S.

Sacratissimae uirginis et martyris Christi Responsae translationem enarraturo, ueniam benignus lector concedat, si quaecumque super ea / re desiderat, et a nobis praestari par erat, minime praestiterimus. Scio ego non defuturos qui patriam, genus ordinemque martyrii scire cupiant, quod et ego sponte mea facturus eram, si tantis tenebris diuorum memoriam peruersa hominum negligentia non inuoluisset.

Nos certe cum Aggripinam Coloniam aduenissemus, omnem, quanta maxima fieri potuit diligentia, operam adhibuimus, omnem, ut dici solet, lapidem mouimus, nec aliud uspiam inuenire potuimus, quam beatam Responsam et sociam ipsius ex illis speciosis uirginum fuisse turmis, quae duce Ursula puella incomparabili martyrium sub barbara Hunnorum gente perpessae sunt. Quare ne in re desperata plus nimio simus anxiii, ad translationis seriem, quod solum reliquum est, festinemus.

Segue-se a narrativa das peripécias e circunstâncias da transferência de relíquias da Alemanha para Portugal, por acção de D. Pedro de Mascarenhas. Alguns dados curiosos, mas que já nada têm a ver com a carta-prefácio.

Por fim, no que John Martyn considera a peroratio (pois considerara exordium a parte acima transcrita), diz:

⁶² *Translatio Sacrarum Virginum et Martyrum Christi, Responsae et Sociae eius*. Impressum Venetiis Per Bernardinum de Vitalibus. Venetum MDXXXII Mense Nouembri. Veja-se, texto, tradução (em inglês) e comentário deste texto em John Martyn, “André de Resende and the 11,000 Holy Virgins”, *Humanitas* 39-40 (1987-1988) 197-209.

Nos illud satis superque esse ducimus has uirgines Christi martyres fuisse, et pro uirginitatis integritate, ne profanis libidinibus polluerentur, caedem mortemque praeposuisse. Quis enim praepostere adeo religiosus est, qui diuos quod hac uel illa patria orti sint, hos uel illos parentes habuerint, non quod pro Christi sanguinem fuderint, tyrannorumque minaciam spreuerint, ueneretur. Absit a Christiano animo quidquam terrenum ponderis alicuius esse aestimare, prae in deum pietate et religione firmissima. Absit parentum nobilitatem in martyrum ueneratione postulare. Sat enim nobilitatis consecuti sunt, qui tormentis quantumuis atrocibus, et mortibus, ut tyrannorum uoluit saeuitia, crudelibus, a Christi optimi maximi caritate auelli nequaquam potuere.

O texto termina com três preces em honra de Responsa.

5. Carta –dedicatória do *Genethliacon* a D. João III, em Bolonha, 1 de Janeiro de 1533.

Eius Poematis, quod auribus delicatioribus comprobari debet, [...].

Queixa-se depois de não ter saído a lume de imediato com o poema celebrativo do nascimento do príncipe D. Manuel, filho de D. João III, mas foi arrancado ao seu ócio literato pela expedição contra os Turcos. Diz:

Iam celeritate placere non potuimus, quum a Saturnalibus ipsis, quibus Natalis hic in Belgica celebratus est, interrumpendum prootinus otium literarium, et agenda motoria fabula, uel inuito, fuerit, Turcaica urgente expeditione, quo me secessu Musarum legatus rapuit.

6. Carta-prefácio a Paulo António, a oferecer o *De uerborum coniugatione Commentarius*.⁶³ Junho 1540.

Esta carta foi transcrita por Fr. Leitão Ferreira, “a fim de que de todo não pereçam as literárias fadigas de seu insigne autor.”⁶⁴

⁶³ Datada de 1540, veio pela primeira vez a lume no volume intitulado *De uerborum coniugatione Commentarius*. Olisipone. Apud Lodouicum Rhotorigium Typographum. Luís Silveira, em *Manuscritos de Filologia latina da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora*, Évora, 1940, pp. 29-36, encontrou na Biblioteca Pública de Évora um manuscrito de 50 fólios intitulado “Annotationes” e que não é mais do que o *De uerborum coniugatione Commentarius*. Custódio Magueijo fez um breve comentário ao interesse desta obra, no artigo publicado em *Euphrosyne*, n. s., 1968, vol. II, pp. 191-195, e Telmo Verdelho dedicou-lhe as pp. 168-178 da sua tese de doutoramento *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesa*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1988.

⁶⁴ Fr. Leitão Ferreira, “Vida de André de Resende”, in *Arquivo histórico Português*, VIII, p. 183. D. Manuel II, falando do raro exemplar desta obra que existe na sua biblioteca, dedica-lhe as pág. 46 a 55 do vol. II dos seus notáveis estudos intitulados *Livros Antigos Portugueses*, com o objectivo de provar que se equivocaram quantos afirmaram, na senda de Barbosa Machado e de Caetano de Sousa, “que o *De uerborum coniugatione*

L. Resendus Paulo Antonio suo S. D.

Formulas quasdam Latinae coniugationis in usum Brittioli mei a me collectas, sicuti apud auctores obseruaram, quum tibi ostendissem, Paule Antoni amice candidissime, nihil minus cogitans, quam ut in uulgus ederentur, quum ob multa, tum ne in sermones hominum otiosorum incurrerem, efflagitare coepisti, ut Olisiponensi iuuentuti latinis literis sub te magistro initiatae, meique perquam studiosae, quidquid id erat impertirem. Quumque ego reniterer, et longe hominum de me expectatione rem inferiorem esse causarer, quumque tu uehementius urgeres, ueritus sum pertinacis nimiumue praefracti notam incurrere, qui homini amicissimo rei tantillae honestam operam denegarem.

Adcessit quaedam etiam necessitas, quod meo magisterio demandati Alcotiniensis Comes, et D. Iuliana Menesia, Dynastae Urbiregaliensis filij, mitissimae et placidissimae indolis infantes, et quantam per aetatulam potest conici, patre doctissimo nequaquam indigni futuri, iam ad uerborum inflexionem toto conatu adcingebantur...

Id omne ad te mitto, eum lege, ut siquid tu melius animaduerteris, aut tuo arbitrio corrigas, aut nobiscum communices, ut emendatius postea in publicum adatur (edatur?). Vale. Olisipone Idibus Iunii. MDXL.

7. Carta-dedicatória do *Vincentius Leuita et Martyr* (Lisboa, 1545):

Carta-dedicatória do *Vincentius Leuita et Martyr* a Martinho Ferreira (sobrinho de D. Pedro de Mascarenhas), datada de Lisboa, 26 de Novembro de 1545. Explica por que razão tardou a ser publicado o poema agora enviado, apesar de ter sido começado muitos anos antes.⁶⁵

A dedicatória do poema não é muito elucidativa quanto ao motivo pelo qual Resende lhe dedica a obra. Para lá de Resende ter sido, anos antes, professor do tio do jovem Martinho (D. Pedro de Mascarenhas), ambos (Resende e Martinho Ferreira)

foi composto por André de Resende para D. Leonor de Noronha e para o conde Alcoutim seu irmão.” (vd. D. Manuel II, *Livros antigos portugueses*, vol. II, p. 48).

⁶⁵ Esta carta figura no volume intitulado *L. ANDR. RESENDII VINCENTIVS LEVITA. ET MARTYR*. Olisipone. Apud Lodouicum Rhotorigium typographum. M. D. XLV., fol. Aij. A obra foi, há cerca de 20 anos, objecto da seguinte publicação fac-similada: André de Resende, *Vincentius Leuita et Martyr*. Reproduction en fac-similé de l'édition de Luís Rodrigues, Lisbonne, 1545. Introduction par José V. De Pina Martins. Braga, Barbosa & Xavier, Limitada, Editores, 1981.

participaram na campanha expedicionária de Carlos V contra os Turcos, na Hungria, em 1532. É possível que a “pietas” do jovem tenha estado na origem da dedicatória de um poema inspirado na “pietas” do autor.⁶⁶ Não se pode esquecer, todavia, que o *Vincentius* vem acompanhado de notas. É nas palavras que Resende dirige aos jovens estudiosos que ficamos a saber como essas anotações ao *Vincentius* surgiram por pressão do amigo Martinho Ferreira.

Tandem redit ad te, mi Martine, iure postliminij, Vincentius pridem ex meo tuus, diuque tibi debitus. Nam quum id poëma, qualecumque est, in Gallia Belgica tuo dicasse nomini, non tamen edidi: quod euestigio uterque quasi motoriam quamdam fabulam egerimus, Caruli Quinti Imperatoris auspiciis, Pannonicam illam in Turcas expeditionem sequuti. Me etenim literarium quo delectabam otium regia legatio fecit deserere, tu nullo alio Caesari oboeratus auctoramento, quam Christiana quae in te est pietate, iuuentutis tuae tirocinium, quod et laudauit Imperator, et honestauit, in eo bello religioni deuouisti. (*isto é, Resende esteve na companhia do Imperador; o jovem foi como soldado voluntário, sem qualquer soldo por isso*). Quo factum est, ut amandatis utrimque musis, et otio sublato, in publicum exire tunc quidem non potuerit, postea uero hactenus apud me edendi refrixerit cupiditas, praesertim in tam diuturna nostra absentia. At nunc, praestita post annos aliquot occasione, quum mihi menseis aliquot res cum typographo alioqui habenda sit, atque iterum nouum aes alienum apud te conflo, priori illo ueterique nomine me libero, posterius recensque contratum quonam dissoluturus sim pacto, bona fide debitor interea cogitabo. Vale. Olisipone VI. Cal. Decembris. M. D. XLV.

8. Carta *Ad Lectores*, a abrir o *Breuiarium Eborense*, editado em Lisboa, ano 1548, na tipografia de Luís Rodrigues.

Accipite Christi Iesu sacerdotes, ac sacerdotij candidati omnes, diuinorum officiorum iuxta ritum sanctae Eborensis ecclesiae breuiarium, longe aliud factum, siue styli nitorem, quantum ecclesiastico patitur consuetudo, siue ordinem seriemque cum facilitate maxima operis totius, siue officiorum ipsorum grauitatem spectetis. [...]

Diuorum autem historiae, consultis ueterum scriptorum, quae quidem extent, monumentis, ita in epitomen redactae sunt, ut nihilominus integrae manere, non truncatae

⁶⁶ Esta hipótese é colocada por Odette Sauvage, no seu conhecido artigo “Resende, Plus Humaniste que Chrétien?”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, VIII (1974), p. 116.

dissipataeque, ut antea, esse uideantur. Officia nonnulla, propter sermonis barbariem, uel reiectae sunt, uel ut multo inoffensius legi possent, curatum. Quin ubi res postulabat, noua etiam edita. Denique effectum, ut neque deliciae aures laedat sermo incultior, neque tardiora ingenia remoretur elaboratior stylus, et arrectata, ubi minime opus erat, eloquentia. Quae omnia, quaeque alia passim toto opere exculta, emendata, germanaeque ac natiuae lectioni restituta sunt, Reuerendissimo in Christo patri ac illustrissimo principi Henrico [...] uos debere pijssimi lectores intelligite. [...]. Valete.

9. Carta à rainha D. Catarina:

*DIVAE CATERINAE Augustissimae Lusitaniae Regina
L. Andreas Resendus. S.*

Conimbricae quum essem hoc anno, Regina Augustissima, et commodum adesset sollemnis dies, quo anniuersarijs sacris colitur beatissima regina Elizabet, atque ego religionis et orandi causa sepulcrum eius adijsssem, et gestorum illius mihi esset liber ostensus, simulque sollemnis ea die precandi ritus, quem receptus ecclesiarum usus officium adpellat, quorum quum alter supra quam dici queat, ad pietatem me incitasset, quippe legendis rebus pulcherrimis, et uirtutis diuinae plenissimis: altero ita sum offensus, ut male me de ipsa diua meriturum existimauerim, nisi, nouo composito officio, alijs similem offensionis causam ademisssem. Eam igitur lucubratiunculam, etsi non mole uoluminis, tamen materiae genere certe magnam, tibi tuo iure offero. Nam ut omittam haec eadem te quae illa quondam regna gubernare, ut sanguinis inter uos coniunctionem sileam, intellexi nuper te ad sepulcrum eius tanto inflammatam adfectu, tanto uirtutum illius aestuasse desiderio: ut sanem (? sane ?) gratius a me nihil tibi offerre posse iudicauerim. Vale. Conimbricae, Calendis Octobr. M. D. LI.

10. Carta ao cardeal D. Henrique, a prefaciã o *Pentateuco*:

*Diui Emmanuelis Lusitaniae Regis,
Pii, Foelicis, Inuicti Filio, D. Henrico,
S. R. E. Tituli Sanctorum quatuor coronatorum presbyter Cardinali,
ac primo Eborensis Ecclesiae Archiepiscopo,
Domino suo,
L. ANDR. RESENDIVS, INDIGNVS*

*SACRAE THEOLOGIAE
PROFESSOR. S. P. D.*

Accitus a te Olisiponem, Princeps sacratissime, et a meis studiis aliquantisper feriatum, dum domo absum, et ea, quorum gratia me aduocaras, perficio, soleo conuenire interdum religiosum, ac bene doctum uirum F. Hieronymum Oleastrum, sacrarum literarum ex illustri Diui Dominici instituto professorem, adlectum per te in hac Olisiponensi dioecesi ad inquirendum de haereticis, et in tenenda religione factiosis. Quod tametsi libenter facio, et propter uiri non uulgarem eruditionem, et quia olim a prima fere adolescentia in coenobiali conuersatione studia coniunxeramus, ob id tamen libentius, quod dignum eum ipse iudicasti, cuius fidei prouinciam non minus magnam, quam periculosam, et summa morum ac religionis integritate indigentem, delegares. Interea obruente nos Diui Ioannis III. Fratris germani tui, Regis autem nostri, et, ut uere dicam, patriae parentis, interitu, ac dum iusta non persoluuntur insequuto iustitio, quum tum ex publica moestitia, tum uero ex tua, animo nescio dissolutione magis, an destituto, ad illum uenissem, legendos mihi dedit suos in Genesim et Exodum Commentarios, non largos illos quidem, sed quantum ad rem attinet longe copiosissimos. Quos cum ego, partim ut languenti animo sacrarum literarum lectione subuenirem, quibus et professionis instituto, et mentis propensione, quasi obaeratum me sentiebam, partim ut adultae iam aetatis [aestatis?] caloribus intra parietes facilius me absque taedio continerem, attente et cum delectu semel iterumque legissem, immane dictu quam placuerint, quam probauerim, quam amauerim, quam studiosis omnibus ex Hebraicae linguae salebris germanum literae et contextus sensum eruere cupientibus necessarios existimarim. Vt de me ipse loquar, ex non paucis equidem obscurorum locorum difficultatibus, quasi oborta insperato luce tandem euasi, et ab aliquot, qui me diu torserant, nodis sum extrinatus. Imputent hoc imbecillitati qui uelint et ingenij mei quam et ipse fateor tenuitate, et quanto libeat supercilio ac fastu imputent, modo, ut de multis uel unum hoc adducam, ex. 30. Geneseos capitis posteriore parte, in qua de Iacob cum Laban conuentione et Patriarchae astu agitur, sine linguarum praesidio, si possunt, sese expediunt. Summa haec est. Ego me hisce Commentariis legendis profecisse confirmo, ac alios itidem profecturos certo polliceor, eos praecipue qui saltem mediocrem linguae sanctae peritiam habuerint. Id tuae celsitudini, Princeps Sacratissime, testatum propterea uolui, quod noster ipse Hieronymus eos tuos tibi iure dicauit. Simul, quia candoris maxime ingenui est, laboribus alienis, si per illos profeceris gratiam habere, si non profeceris neque etiam detrahere. Vale, Olisiponae, Idib. Iulij. 1557.

11. Carta a D. Sebastião, a dedicar-lhe o *Carmen Endecasyllabon* e os textos que compõem o volume.⁶⁷

SEBASTIANO EXCELSO LVSITANIAE REGI
L. ANDR. RESENDIVS

Responsionem ad epistulam quandam Bartholomaei Kebedii [...] edere cum constituissem, quod regnorum tuorum nonnihil interesse putarem quaesitis ab eo et in controuersiam adductis rebus satisfacere, et iam cum typographo id agitarem, institerunt cupidius apud me perquam multi, ut endecasyllabos maiestati tuae ante menses aliquot dicatos simul ederem. Neque enim popularis subditorum tuorum amor, et publica in te pietas aequo fert animo apud me unum caelari carmina, quibus pangendis, non tam meo unius functus essem officio, quam instinctu numinis uiderer omnium gessisse personam, omniumque uicem supplere. Et sane perpulerunt facile non inuitum. Accessit uenerabilis patris Francisci Forerii Praedicatorii instituti prouincialis praefecti, cum uoluntate auctoritas. A quo quum editionis permissionem peterem, ut ea carmina praemitterem, non parum aculeatos ipse quoque iniecit stimulos. Faciat Deus, ut quemadmodum tui te in oculis gestamus, sic uicissim tu rempub. Tuam ita geras, ut quem nunc non modo quasi Regem cui fideles esse tenemur, sed quasi filium carissimum diligimus, posthac ut patriae uerum parentem admiremur, atque ut miraculo diuinitus datum, nobis certo certius persuadeamus.

Tradução da carta

7. “Eu tinha decidido publicar a minha resposta a uma carta de Bartolomeu de Quevedo [...] por pensar que, em certa medida, era do interesse dos vossos reinos dar satisfação às perguntas por ele formuladas e às questões que a controvérsia gerou; e até já estava a tratar do assunto com o tipógrafo, quando inúmeras pessoas vieram ter comigo e

⁶⁷ Veja-se supra, n. 4.

insistentemente me manifestaram o seu grande desejo de ver publicados conjuntamente os hendecassílabos que, meses antes, eu dedicara a Vossa Majestade.”⁶⁸

⁶⁸ Veja-se *Carta a Bartolomeu de Quevedo*, op. cit., p. 42.